

VIII | Um mundo sob o império da lei

I. Os princípios do estadismo moderno

Usemos agora referências ilustrativas de algumas das principais questões globais atuais da prática moderna do estadismo, para resumir a importância prática dos capítulos precedentes. Começemos identificando algumas características ostensivamente axiomáticas da nossa política geral implicitamente proposta:

1) A essência do bom estadismo moderno é o avanço das sociedades, como repúblicas de Estados-nações soberanas, as quais, por sua vez, asseguram o aumento das densidades populacionais potenciais per capita das gerações presentes e futuras da Humanidade como um todo - sociedades que promovem este resultado pelo recurso inseparável da ênfase na promoção do desenvolvimento e auto-expressão frutífera daquela *centelha divina*, que é o poder da razão criadora do indivíduo soberano.

Aqui, como em outros pontos, a definição de *poder soberano da razão criadora* é exemplificado pelo - embora não limitado a ele - progresso científico revolucionário indispensável, bem sucedido e válido, para aumentar a densidade populacional potencial por hectare, por meio do aumento do investimento intensivo em capital e energia para recursos produtivos no progresso científico e tecnológico.

2) A forma *antioligárquica* de *república Estado-nação soberana*, baseada no autogoverno por intermédio de uma forma culta de linguagem comum, é o meio mais apropriado para o desenvolvimento da sociedade.

Por “forma culta de linguagem comum” entende-se não apenas a linguagem verbal escrita e falada, mas, também, uma geometria construtiva rigorosa e uma forma clássica de linguagem poético-musical. Esta noção combinada de “língua culta” deve ser entendida como significando, nas palavras de Percy B. Shelley, uma linguagem que corresponda ao poder de “conceder e receber as mais profundas e apaixonadas concepções a respeito do homem e da natureza”¹.

3) Enfatizamos que tais repúblicas estados-nações anti-oligárquicas e soberanas são *quase* perfeitamente soberanas. Esta soberania deve-se subordinar somente ao papel universal que os humanistas cristãos, como Santo Agostinho, Nicolau de Cusa e Gottfried Wilhelm Leibniz, definiram como aquela lei natural totalmente inteligível a todos que compartilham uma devoção desenvolvida para a faculdade da razão criadora².

4) Como o estadista francês Charles de Gaulle, por exemplo, argumentou sobre esse ponto, um Estado-nação republicano verdadeiramente soberano encontra um sentido de identidade nacional para cada um dos seus cidadãos, num espírito geral de dedicação à missão especial que a república desempenha em benefício da civilização como um todo³.

O que devemos estabelecer, prontamente, sobre este planeta não é uma utopia, mas uma *Concordantia catholica*⁴, uma família de estados-nações republicanos soberanos, cada qual tolerando apenas uma autoridade supranacional, a *lei natural*, como o reconheceram os humanistas cristãos clássicos. Contudo, não é suficiente que cada um, como república soberana, seja passivamente sujeito à lei natural. Uma leitura correta da lei natural revela a nossa obrigação de copatrocinar certos empreendimentos cooperativos regionais e globais, além dos nossos negócios nacionais.

A divisão do autogoverno da Humanidade entre estados-nações republicanos respectivamente soberanos não é uma

partição das propriedades mundiais, mas um arranjo muito preferível, por meio do qual toda a Humanidade se governe como um todo.

A. língua culta e a república soberana

Essa última parte do argumento é ilustrada com ajuda de um exame preliminar das funções de uma forma culta de língua, no sentido da língua culta popular de Dante Alighieri (1264-1321). Por “língua” deve-se entender a forma falada de comunicação de idéias; mas devemos também incluir uma geometria construtiva coerente como “linguagem da visão”, assim como o desenvolvimento da forma polifônica bem temperada da comunicação musical do *bel canto*, a linguagem do ouvido⁵ (vide Anexo X).

Testemunhamos enfaticamente, no capítulo precedente, que as formas elementares de existência não são, necessariamente, simples e que as suas relações não são intrinsecamente redutíveis a agregações lineares de pares. Da mesma forma como uma física matemática competente requer uma linguagem rigorosa convenientemente desenvolvida, isso ocorre para todos os assuntos importantes que dizem respeito à política das nações. Sem o domínio de uma língua de tal qualidade literária, ninguém estará qualificado para participar na modelagem direta das políticas de uma nação. Sem uma capacidade em comum em uma forma culta de língua comum, um povo não tem competência no poder de comunicação para se governar. Assim, sem uma cultura em comum em geometria e música, além da língua falada, um povo está intelectual e moralmente aleijado em suas qualificações potenciais para o auto-governo *efetivo*.

A questão política da cultura, como uma qualificação para a plena cidadania, enfrenta objeções fortes, usualmente hipócritas, freqüentemente, mais ou menos racistas, por vezes, até mesmo violentas. Tais objeções provêm parcialmente dos populistas fanáticos. Elas surgem também de corpos influentes da chamada “opinião profissional”. Dentre estes últimos profissionais, os mais fanáticos e importantes são os acadê-

micos e representantes da mesma mentalidade das pseudo-ciências indutivas, radicalmente positivistas, que pulularam inicialmente na França de Auguste Comte e Émile Durkheim, durante o apogeu sórdido da Santa Aliança e de Napoleão III (vide anexo XIV).

A respeito das objeções dos positivistas, não é preciso confiar apenas em hipóteses; os positivistas anglo-franceses dos séculos XIX e XX e seus irmãos espirituais da “Escola de Frankfurt”, de Theodor Adorno e Hannah Arendt, fizeram suas objeções contra a introdução da questão da *veracidade* em assuntos de estadismo como um aspecto central de toda a história, considerando a pré-história da existência do positivismo como um fenômeno sociológico.

A mais óbvia das questões subjacentes colocadas pelas objeções dos positivistas é se o bem-estar, ou, talvez, mesmo a própria sobrevivência de uma forma de sociedade poderiam ser determinados pelo sucesso daquela sociedade em descobrir e adotar políticas consistentes com as leis da natureza. (Começamos com as facetas mais simples da questão.) Se este teorema for verdadeiro, demolimos as objeções positivistas com a observação de que é urgente que os processos de formação de políticas da sociedade sejam ponderadas (verticalmente) em favor daquelas agências e pessoas que tenham desenvolvido uma capacidade adequada para distinguir entre a verdade científica e qualquer assertiva contrária de uma opinião majoritária defendida com mais força.

A ilustração clássica do mal inerente num dogma político populista de “maioria” é o julgamento de Sócrates, há 2.400 anos.

A vítima imediata daquele assassinato judicial politicamente motivado era, naturalmente, o inocente Sócrates. Os vitoriosos putativos, ainda que por pouco tempo, foram o promotor geral Meleto e o Partido Democrático de Meleto, então o partido político dominante em Atenas.

Esse antigo Partido Democrático era uma mistura cuja concepção autobajuladora inundaria o recinto em um jantar à Thomas Jefferson-Andrew Jackson com lágrimas reverentes das multidões reunidas. Aquela acusação contra Sócrates em

um julgamento de fachada de cunho político pelo partido de Atenas incorpora implicitamente o núcleo da inimizade dos populistas radicais e positivistas contra as nossas observações sobre a lei natural e a língua popular culta.

Contudo, o próprio promotor do corrupto Partido Democrático, Meleto, foi posteriormente e com justiça condenado por um tribunal ateniense pelo crime capital de seu partido contra Sócrates. O cadáver daquele Partido Democrático logo encontrou o local de descanso permanente na História: o opróbrio. Atenas, por ter permitido a sentença de morte para Sócrates, logo se viu conquistada pelas mesmas forças contra quem Sócrates procurara defendê-la.

Voltemos a vista para o tempo de Ésquilo (525-456 a.C.) e o fragmento sobrevivente de seu drama *Prometeu acorrentado*. O panteão délfico de Gaia, Píton-Dionísio e o restante dos pretensos imortais da oligarquia olímpica reinavam na enfatuada e arrogante ilusão de que não existia nenhum Deus verdadeiro, nenhuma lei natural para punir ou vigiar as traquinagens caprichosas da oligarquia contra os pobres seres humanos. Por isto, o panteão olímpico foi inevitavelmente demolido pela ação da lei natural, e os gregos, tolamente corrompidos na adoração de tais falsos deuses, sofreram a conquista e escravidão que a sua insolência covarde, ao servir tais deuses, trouxe a eles próprios e à sua posteridade.

Nós, como humanos, podemos não ter o acesso direto à perfeição em nossa mortalidade, por meio da qual poderíamos conhecer a impoluta *verdade* de uma forma como que instantânea. Contudo, estamos equipados com o potencial alojado na *divina centelha da razão* em cada pessoa individual para subir na trilha da *veracidade*. Este caminho transfinito da veracidade é eficiente com respeito à lei natural, com o resultado que uma sociedade que prefira a veracidade se beneficia eficientemente e uma sociedade de impulsos contrários deve sofrer.

Uma forma culta de linguagem popular tem o mérito formal de ser uma geometria construtiva do tipo aberto, que permite o uso rigoroso da capacidade de formação de hipóteses, associada com o emprego apropriado do subjuntivo.

Quanto à polifonia bem temperada coerente com o que é hoje chamado de vocalização do *bel canto*, como poderiam Platão, Leonardo da Vinci *et al.*, ter levado Johannes Kepler a estabelecer a primeira forma válida de uma física matemática geral sem uma polifonia baseada no *bel canto*? (Vide o Anexo X.) Leiam-se a *República* e o *Timeu*, por exemplo. Leia-se o trabalho relevante de Leonardo da Vinci. Leia-se Kepler. Veja-se o fracasso (“o paradoxo newtoniano dos três corpos”) que nos castiga (de acordo com a lei natural) quando abandonamos a noção rigorosa de uma polifonia baseada no *bel canto*!

Que é o *bel canto*, senão o resultado obtido quando professores qualificados e seus alunos atentos têm o prazer de cantar *naturalmente*, com a dotação genética normal de todo ser humano para uma única alternativa de modo de cantar de mínima ação desenvolvível? Em que tudo isto se baseia? Leonardo e Kepler são enfáticos: na escala de observação comum, toda morfologia de crescimento e movimento de processos vivos sadios é harmonicamente congruente com a Secção Áurea; os processos não-vivos não o são - exceto tanto nos extremos máximo quanto mínimo da escala.

Como isto tem a ver diretamente com uma forma culta de *geometria construtiva musicalmente falada*?

O fato de que os processos vivos sejam harmônica, morfológica e neguentropicamente ordenados, em congruência com a Secção Áurea, prova implícita e conclusivamente que o Universo como um todo é termodinamicamente caracterizado por uma ordenação *neguentrópica* de si mesmo como um todo. Isto representa, simplesmente, o *antipanteísmo*, embora o formalista dedutivo real ou potencialmente *gnóstico* insistirá sofisticadamente ser um panteísta. Isso também foi experimentalmente demonstrado para o domínio microfísico. Assim, vamos à polifonia definida pelo *bel canto* (isto é, bem temperada).

A harmonia bem temperada e ordenada pelo *bel canto* é também um reflexo da congruência harmônica (p.ex., *neguentrópica*) com a Secção Áurea. Assim, a combinação desta polifonia com a geometria construtiva, como o ilustram

as referências específicas de Platão ⁶, superpõe a questão de uma física matemática ordenada não-algebricamente (*transcendental*) sobre uma simples geometria física.

O uso comum do termo “música” é estreito demais para os nossos propósitos presentes. Toda linguagem natural deve tender, como na língua italiana sadia e rediviva, para uma vocalização natural, de *bel canto*. Essa vocalização, como poderíamos ver de uma comparação entre uma forma culta de *bel canto* italiano e os hinos védicos, pelas similaridades, é que determina a estrutura musical de uma forma culta de linguagem.

Enunciamos nosso teorema sobre língua popular culta sob esta luz.

O núcleo da questão da *cultura* na linguagem é central no desenvolvimento e uso da *centelha divina* da razão criadora para a geração, comunicação e assimilação eficiente de concepções equivalentes a avanços válidos, fundamentais e revolucionários na ciência (praticada) e tecnologia. Não há meio disponível para estender este processo de uma pessoa soberana para outra, a não ser o meio da língua culta que já definimos aqui implicitamente.

Para que possamos receber e revelar “as mais profundas e apaixonadas concepções a respeito do homem e da natureza”, o pensamento criador, soberanamente gerado dentro da unidade indivisível de nossos processos mentais criativos, deve ser *comunicável*. Se formos descuidados e desejosos de correr muito rápido em direção a uma conclusão plausível, poderíamos dizer, *erroneamente*, que para comunicar uma concepção devemos expressá-la como uma imagem no material da linguagem comunicável. Não é assim. Algo muito mais interessante e útil precisa ser dito.

Como ensinamos eficientemente, por exemplo, física matemática no nível secundário? Olhemos de perto e o livro-texto é ejetado de nossas salas de aula, para ser substituído tanto pelas fontes originais quanto por revisões em linguagem moderna do conteúdo daquelas fontes clássicas. Que faz o professor eficiente faz, que o professor de livro-texto geralmente não faz?

Vejamos tais fontes clássicas. Imaginemo-nos ensinando a uma classe de alunos do secundário. Qual deveria ser o nosso objetivo nesta matéria? Queremos que o aluno engula o texto, palavra por palavra? Não é isto que você quer; talvez, você entenda a nossa posição. Queremos que cada aluno trabalhe, não o texto, mas o processo cujos passos identificáveis estão *indicados* no texto.

O que deveríamos querer comunicar pelo uso de tal fonte são, principalmente, dois resultados. Primeiro, uma mente (essencialmente), o autor do texto-fonte, dá uma série de instruções à mente de seus ouvintes (você e os alunos) para revivenciar a experiência mental descrita. Segundo, um modo similar é empregado para dirigir a mente do membro individual da audiência a conceituar uma conclusão identificada obtida da experiência. (Isto basta para os nossos presentes propósitos imediatos.)

O que assim se ilustra é que a idéia não está contida na comunicação explícita. Ao contrário, a comunicação é um guia mais ou menos confiável, como uma chave para um compartimento trancado, para o segredo da mensagem. A mente receptora não “decodifica” a mensagem. Pelo contrário, a mente receptora revive - “destrava”, por assim dizer - a seqüência de ações mentais prescritas como mensagem explícita (a construção geométrica é um exemplo disso). É o interior dos processos criativos da mente, em resposta ao estímulo representado pela mensagem, que gera mais ou menos fielmente o conceito que levou o emissor a compor o conjunto selecionado de instruções, que são agregadamente o conteúdo de trabalho relevante da própria mensagem.

Sem dúvida, supersimplificando, os aspectos relevantes do processo de comunicação são agregadamente imaginados pelo emissor para deixar o estado mental do receptor em uma dada combinação de maneiras. Assim, com respeito à idéia essencial a ser regenerada na mente do receptor, *a mensagem não é o meio*.

O estudo de topologia, originalmente a partir da posição da mente de Gottfried Wilhelm Leibniz a respeito da *analysis situs*, passando pelas superfícies de Riemann e por Georg

Cantor, indica-nos, em grau significativo, a existência de princípios gerais e transfinitos de ordenação cardinal de construções não-algébricas, que estão para uma física válida, em geral, como um aspecto de física matemática da comunicação pela linguagem está para a substância do pensamento criativo em termos físicos (vide Anexo VII).

Quando examinamos mais intimamente o papel de uma geometria construtiva não-algébrica, e também o da polifonia de *bel canto* bem-temperado, na definição das qualidades morfológicas e físicas de uma forma culta de linguagem, enxergamos a questão em termos de referência menos inadequados.

Deveríamos tornar-nos, assim, mais sensíveis ao fato de que, conquanto a linguagem não “contenha” classes importantes de idéias, nem o poderia fazer, a função da linguagem na irradiação social de conceitos criativos gerados dentro de uma mente individual soberana indivisível exige uma espécie de manutenção rigorosa dos meios lingüísticos (fala, geometria, música) em sua forma mais pura e em sua forma mais verdadeira enquanto um todo unificado. Esta manutenção e desenvolvimento, que é o referencial adequado para o termo “culto”, coloca limites superiores relativos nas capacidades ainda por desenvolver de virtualmente todas as pessoas que compartilham o uso da forma comumente usada desta linguagem e de suas várias fases subordinadas.

Assim, a possibilidade de que uma sociedade seja capaz de atingir aquele requisito de *veracidade* para a formulação de políticas que levem à *sobrevivência duradoura*⁷ depende do nível de cultura desenvolvido e mantido, especialmente por aqueles na sociedade com o poder de exercer influência substancial na formulação de políticas. De fato, no caso extremo, seria do interesse vital daqueles, que não estão assim qualificados, que eles sejam desemancipados, em vez de colocar toda a nação em perigo por causa da sua incompetência inculta.

Uivos de legítima indignação! “Elitismo!”

Precisamos responder. Não, não, seus burros! A questão aqui é o auto-interesse vital da república moderna em cumprir

a sua obrigação moral implícita, de ter proporcionado uma qualidade adequada de educação para todos os que se diplomaram na escolarização secundária universal e obrigatória. O termo “qualidade adequada de educação” não deve ser traduzido para significar nada além de e menos do que um equivalente do século XXI a um programa de século XIX à Schiller-Humboldt para o desenvolvimento, tanto do caráter moral individual quanto, na medida do possível, do potencial intelectual mais amplo de *cada um e de todos os alunos*.

Esse requisito não deve ser traduzido para significar o que, por exemplo, numerosos pais dos EUA, eles próprios mal formados e “conservadores”, foram mal conduzidos a apoiar como forma educacional proposta: uma variedade “ganha-pão”⁸ de educação pública, “encaminhando” o aluno estreitamente para receber um verniz de leitura, escrita e aritmética, sem mais amplidão ou profundidade nas matérias do que possa exceder o requisito intelectual dos futuros níveis projetados de emprego e renda do estudante⁹.

Cada aluno deve ter experimentado, por meio de casos exemplares, uma revivência, como que revivendo a experiência refletida em um documento-fonte crucial, do desenvolvimento sucessivo daquelas concepções nas quais se baseia o resultado bem sucedido da história conhecida do desenvolvimento da civilização.

O núcleo da educação na história europeia e na que lhe é proximamente associada deveria ser apresentado com um título descritivo tal como: “*A idéia republicana: a luta contínua pela liberdade humana individual contra as forças inimigas comuns do panteísmo, da usura, do oligarquismo e imperialismo*”.

A idéia de história a ser apresentada é a história das idéias. Portanto, a idéia da própria história é apresentada empiricamente baseada na filologia clássica, que reconhece a linguagem da geração, comunicação e assimilação eficiente das inovações e idéias válidas, inclusive as facetas falada, geométrica-construtiva e musical. Esta não é a história da mera contemplação das idéias, mas do avanço do poder sócio-reprodutivo, coordenadamente, do indivíduo soberano e da

Humanidade como um todo. Neste apanhado, o avanço do indivíduo na Humanidade é tanto a missão geral do trabalho humano quanto o domínio crucial-experimental no qual a natureza do sucesso e fracasso das idéias costumeiras e propostas se torna *inteligível* à mente humana por meio de uma linguagem culta.

Assim, trata-se implicitamente do paradoxo da mortalidade individual. Aqui, a este respeito, confrontamos a tarefa educativa que concerne ao desenvolvimento do caráter moral do futuro novo cidadão da república.

O apologista do positivismo poderá, freqüentemente, querer alegar que nos propomos a desemancipar os relativamente incultos. Pelo contrário, a pessoa a quem for negada tal qualidade de educação compulsória necessária para obter cultura já está desemancipada e aqueles que o desemanciparam daquela qualidade de educação são os moralmente culpados. Contrariamente aos nossos críticos entre “conservadores” e liberais, aquele que negou o direito à cultura compulsória é culpado por ferir os direitos das pessoas relegadas à incultura.

Geralmente, observamos três tendências gerais na pedagogia. O liberal populista tenta rebaixar a matéria ao nível de incultura que ele supõe que o aluno traz para a sala de aula ou, alternativamente, ao seu próprio nível de incultura. O professor bem sucedido trabalha, à imagem do guia de montanhismo suíço, para elevar o aluno, passo a passo, até o nível de cultura (proficiência) exigido pela competência na matéria. O terceiro recita litânias, que os alunos adestrados, conquanto sem entender, regurgitam com sucesso nas provas. A questão prática confrontada pelo professor consciente da segunda persuasão é o que, concretamente, define o “nível de cultura” no qual é possível a competência mesmo nos aspectos mais rudimentares da matéria.

Para ilustrar a questão, consideremos um dos temas mais fundamentais do cristianismo, a *consustancialidade*. Na literatura conhecida, o primeiro esforço para dar uma representação rigorosamente inteligível desta concepção se encontra próximo à conclusão do diálogo platônico *Timeu*. Para

dominar o *Timeu* com esta finalidade é preciso dominar o paradoxo ontológico dedutivo, delineado no diálogo platônico anterior, *Parmênides*.

Comparemos isso com outra ilustração. O eminente Prof. Winston Bostick, já falecido, demonstrou, com o trabalho de uma vida dedicada à física de plasmas de alta energia, que todas as chamadas “partículas elementares”, dos fótons para cima, estão não apenas longe de serem “simples” em sua composição, mas constituem processos altamente complexos. O Prof. Bostick se referia a elas como entidades “*I-chaim*”, significando o que denominamos de suas características *neguentrópicas* manifestas. Esta é a mesma neguentropia que Leonardo da Vinci demonstrou na congruência da Secção Áurea com a ordenação harmônica característica dos processos vivos. O trabalho do Prof. Bostick a este respeito tem a qualidade de “experimento crucial”; ele requer uma revolução na forma matemática da física matemática, antes que a generalidade dos profissionais comecem a compreender eficientemente as implicações devastadoras destas descobertas experimentais cruciais na física do plasma.

Nos dois casos ilustrados, é impossível construir algo melhor do que o balbuciar incoerente em torno destes tópicos, ao nível de cultura no qual o populista com educação superior expressa a sua opinião. Semelhantemente, em assuntos de política econômica nacional, no que tange a economia física, a maioria dos diplomados nas atuais escolas de economia de prestígio só fazem balbuciar incoerências. Em outros assuntos importantes de estadismo, a situação é relativamente igual.

Consideremos uma terceira ilustração, a retirada de uma fundamentação em geometria clássica do currículo de matemática. Esta tendência teve início no final da década de 50, com a promoção da chamada “Matemática Nova”, tendo sido acelerada pela influência do confessadamente racista e neomalthusiano Dr. Alexander King¹⁰, na formulação da política educacional, a partir de 1963, pelo escritório de Paris da OCDE¹¹.

A simples evidência empírica é de que os diplomados em universidades de hoje são marcadamente inferiores em qualidade em relação àqueles de 15-25 anos atrás. A falta de base em geometria clássica¹² é uma constatação notável desta decadência.

É uma questão direta implícita demonstrar como todas as ordens matemáticas se derivam de uma geometria construtiva sintética. Isto inclui, naturalmente, o papel de construções geométricas “não-algébricas” (transcendentais) para representar uma “curvatura” não-linear do espaço-tempo físico elementar (vide Anexo VIII). Estas qualidades de uma geometria sintética generalizada são indispensáveis para uma completa *transparência (representação inteligível)* de uma física matemática coerente. Na falta desta disciplina, como uma consequência da *overdose* de Matemática Nova ou aflições semelhantes, a própria noção de algo mais avançado do que as mais simples noções ontológicas de *continuidade* se tornam virtualmente incompreensíveis.

Anteriormente, enfatizamos que não devemos ver a *linguagem escrita*, a *geometria* e a *música* como três fenômenos respectivamente distintos, mas como facetas *elementarmente inseparáveis* de uma *substância comum*. Apenas na fantasia acadêmica ou algo que a valha é que podemos imaginar a *vocalização* da linguagem falada sem a harmonia musical que se demonstra ser a *natural*, tanto no *bel canto* como na linha de desenvolvimento bem sucedida da moderna física matemática de Kepler.

Para conhecer essa linguagem, precisamos conhecê-la em uma forma histórica apropriada, em termos de reviver na própria mente pelo menos algumas das descobertas criativas válidas mais cruciais, elaboradas em termos gerais de linguagem até hoje.

Assim, afirmamos, uma república de Estado-nação viável não poderia ser mantida por uma população que não compartilhasse uma dependência primária de comando literário de uma forma culta de linguagem falada e escrita em comum. Se não for por meio da comunicação compartilhada e da dependência de uma tal forma culta comum de linguagem, um povo

não conseguiria verdadeiramente raciocinar em conjunto e não poderia, portanto, se tornar soberano enquanto este defeito não fosse remediado.

Pela mesma razão, em princípio, pela qual os processos criativos de um indivíduo são soberanos, o consenso de uma nação em torno de uma concepção de desenvolvimento político por meio da deliberação mediada por uma forma culta de linguagem em comum, é também um ato soberano (isto é, *indivisível*). Um processo de autogoverno assim definido é, por conseguinte, uma qualidade soberana de autogoverno. Assim, por esta última razão, tal processo deliberativo deve definir o escopo de um processo político soberano, uma república de Estado-nação soberana.

A qualificação de uma forma soberana republicana de Estado-nação deve incluir, em absoluto, o uso eficiente de uma forma culta comum de linguagem em todos assuntos de política deliberativa; isto é indispensavelmente necessário, embora não suficiente. O Estado deve ser fundado sobre um princípio comum expresso eficientemente em todo uso de uma forma culta de linguagem comum. Do contrário, se houvesse divergência em questões de princípio, as deliberações políticas não poderiam ter um caráter soberano. Este princípio comum de uma verdadeira república é a *lei natural* (do humanismo cristão).

B. Uma comunidade de repúblicas

Pode-se dizer com justiça, em resumo, que sob a mais alta autoridade completamente inteligível, que os humanistas cristãos conhecem como lei natural, a Humanidade moderna como um todo não deveria diferir em nada de uma comunidade dentro desta lei natural, uma comunidade de repúblicas nacionais respectivamente soberanas, antioligárquicas e antiusurárias. Façamos uso da referência à noção de cardinalidade de uma ordenação transfinita para dar uma conceituação de princípios sobre o assunto com a clareza desejada.

Revisemos brevemente esta noção de cardinalidade.

Situamos uma noção de ordenação transfinita dialeticamente em relação à sequência não-linear de estados que representam níveis mais elevados de densidade populacional potencial, atingidos sucessivamente sob o ímpeto contínuo do investimento de uma sociedade na geração, comunicação e assimilação eficiente (produtiva) do progresso científico e tecnológico. Neste caso, o mesmo princípio causal está gerando o próximo termo de uma série, ostensivamente a partir do termo imediatamente precedente em cada uma das partes de uma série de termos.

Assim, temos:

1) O princípio gerador (ordenador) é sempre *equivalente* a si mesmo.

2) O princípio gerador (ordenador) em cada localidade é *equivalente* ao mesmo princípio que a característica da série como um todo ou em qualquer parte.

3) O princípio ordenador, em toda e qualquer forma *equivalente*, é sempre absolutamente indivisível em todo intervalo e em relação ao processo como um todo.

Assim, a Humanidade moderna como um todo ou qualquer comunidade de princípios baseada na lei natural, em qualquer república de Estado-nação soberano, ou o indivíduo soberano, são, individualmente e em conjunto, processos soberanos, que são definidos (discretos) em relação ao caráter autolimitante de equivalência auto-similar e indivisibilidade da cardinalidade transfinita determinante.

Este sumário considera o conjunto da Humanidade moderna e mortal como um todo, tanto como um *Vir a Ser*, no sentido platônico, quanto aproximadamente como um *Uno*. As famílias nucleares das quais se compõe a parte mais viável do conjunto mortal, são individualmente distintas enquanto uma espécie definida de família nuclear, por meio de uma função reprodutiva de tal família que é *indivisível*, portanto, definida e, implicitamente, um processo transfinito no desenvolvimento dos novos indivíduos. O indivíduo soberano é, em virtude das funções da centelha divina da razão criadora, também transfinitamente definido. E assim são arranjos os

únicos e múltiplos relativos daquele processo que é a sociedade.

Consideremos a relação de *Múltiplas* repúblicas nacionais soberanas com a *comunidade singular* de princípios que as contêm sob esta luz. O que define uma comunidade como relativamente *Singular* e platônica dentre *Muitas* é, por exemplo, o princípio transfinito da lei natural pelo qual é definida a comunidade. A *lei natural* exhibe assim, com relação às características funcionais da comunidade enquanto uma comunidade coerente, qualidades transfinitas de auto-similaridade, equivalência e indivisibilidade. Isto se sobrepõe ao papel similar de um processo criativo contínuo, com respeito às formas de manifestação indispensáveis como o progresso científico fundamental válido. Como o princípio da razão criadora é o meio pelo qual a lei natural é conhecida eficientemente, já que o progresso científico assim ordenado é o meio pelo qual existe o conhecimento científico, assim, as duas facetas inseparáveis, o comprometimento com o progresso criador e a lei natural, são coerentemente inseparáveis, enquanto vêm formar um princípio de comunidade que é em si uma forma indivisível.

C. A controvérsia

1. Empirismo

Nos últimos séculos, os principais defensores dessas visões coerentes foram os agostinianos modernos, exemplificados por Nicolau de Cusa e Gottfried Wilhelm Leibniz, também descritos razoavelmente como “humanistas cristãos”. Durante um período mais ou menos igual, os principais oponentes desses princípios foram os gnósticos positivistas (isto é, empiristas), incluindo mais relevantemente Thomas Hobbes, John Locke, David Hume, Adam Smith, Jeremy Bentham, assim como John Stuart Mill e seu afilhado, Bertrand Russell.

É relevante enfatizar que, durante os tempos mais recentes, alguns desses gnósticos adotaram o termo fabricado por Thomas Huxley, “agnósticos”, ou se autodenominaram “hu-

manistas seculares”, indicando a sua devoção ao ódio contra o humanismo cristão. Com respeito à questão do federalismo mundial neo-imperialista britânico, é suficiente colocar Hobbes e Locke juntos como o centro do nosso interesse no momento.

Tanto para Hobbes e Locke, como para Adam Smith, Bentham (1748-1832), Malthus, Darwin, John Stuart Mill *et al.*, o homem é, no melhor dos casos, uma variedade elegante do animal criado em fazenda. Um homem destes, por estar mais perto das espécies predadoras selvagens ou dos vegetarianos obtusos e domesticados, é sempre governado por meros “instintos”. Assim, para Hobbes e Locke, a sociedade não passa de um estado em que cada indivíduo está implicitamente em guerra contra todos os outros e, com respeito aos impulsos mais sociáveis do que os instintos heteronômicos primitivos, o homem começa como uma *tabula rasa*. Para eles, destarte, o Estado, no melhor dos casos, não passa de uma tirania de relativamente poucos ou de uma tirania pela maioria, estabelecida por contrato social. Em consequência, por exemplo, para esses positivistas, o Estado-nação, suposto por eles como sendo composto por seres bestiais, tem também as qualidades instintivamente inerentes e alternadas de um animal carnívoro ou vegetariano. O Estado é, em outras palavras, um “ego-estado” bestial. “Portanto”, estão de acordo, “fora com o motivo da guerra, o Estado-nação. Viva a *Pax Romana* imperial e universal, com a absoluta tirania federalista mundial”.

O federalismo mundial, com toda a multidão de seus nomes, é uma fraude intelectual e moral dos sofistas. A guerra antecede de muito o primeiro aparecimento da república. Assim, o argumento federalista mundial é uma fraude histórica. Há condições muito mais homicidas do que a guerra, como as “condicionalidades” do Fundo Monetário Internacional (FMI), que induzem a disseminação da fome e das doenças epidêmicas, ou uma submissão pacífica a uma “nova ordem mundial” promotora do genocídio racista do Fundo Draper, do relatório *Global 2000* e do Clube de Roma. A maioria das guerras, como a Guerra dos Trinta Anos na Grécia

Antiga (a Guerra do Peloponeso), as Guerras Púnicas, as guerras do Império Romano, as guerras de usura do século XIV, a Guerra dos Trinta Anos de 1618-48, a Guerra de Marlborough e a “Guerra dos Trinta Anos” de 1912-45, orquestrada pelos britânicos, foram causadas pelo oligarquismo e, como as guerras dos asseclas de Teddy Roosevelt em prol da usura imperialista e homicida, em uma forma tão crua quanto a conquista e expoliação do México por Londres e Napoleão III.

“Qualquer coisa não é melhor do que a guerra?”, argumentam os sofistas do neo-imperialismo romano, da “nova ordem mundial”. “Sim”, responde o pensativo escravo de Auschwitz, “há condições piores do que a guerra”. A paz oferecida pela “nova ordem mundial” seria um mal muito maior do que qualquer guerra para libertar a Humanidade da escravidão a este domínio mundial satânico.

De fato, de onde vem o atual perigo de guerra? Como a injustificável carnificina promovida pelos EUA no Panamá e no Iraque ilustram em resposta, as guerras de hoje são deflagradas para esmagar, na forma mais exemplar e do genocídio em massa, aqueles que resistem aos herdeiros espirituais do uso da fome e das epidemias por Diocleciano como meios de reduzir o nível populacional mundial, especialmente a fração de pele mais escura, nas próximas gerações, em cerca de 80 por cento.

Não é o Estado-nação a causa da guerra moderna. A causa da guerra, hoje, é principalmente a luxúria satânica dos oligarcas para o domínio exclusivo do mundo.

O retrato do homem pintado pelo maligno protegido de Francis Bacon, Thomas Hobbes, parece ter sido a auto-imagem que a oligarquia de língua inglesa adotou para si mesma. Esta bestialidade oligárquica não é a característica moral natural da Humanidade em geral.

2. A bondade e a neguentropia kepleriana

Todos nós experimentamos, freqüentemente, a bondade essencial que se encontra na maioria dos homens e mulheres. Cada vez que refletimos sobre este fato, pode ocorrer ao

cristão o pensamento: “Deus tinha Sua razão para amar a Humanidade, como afirma o Evangelho de São João”. Vale a pena salvar a Humanidade; encontramos evidência disto até mesmo entre as mais proverbiais cloacas.

Para os nossos presentes propósitos, é suficiente acrescentar agora duas evidências distintas, embora interdependentes, da qualidade que torna a Humanidade amada por Deus.

Uma faceta disto é a lei natural; a segunda é aquela qualidade manifesta para nós até mesmo entre crianças muito jovens, a qual, sob um exame mais aproximado, nos aponta a causa imediata do impulso humano para a vida de acordo com a lei natural.

Examinemos agora essa conexão indicada, do ponto de vista implícito no enfoque axiomático de Kepler à primeira aproximação bem sucedida de uma física matemática abrangente. Tenhamos em consideração, ao estudar o gênio intuitivo aparente, especialmente, das descobertas relativamente mais elementares de Kepler, a advertência dada anteriormente aqui contra a absurda hipótese “cibernética”, de que a “informação” da mensagem esteja contida estatisticamente no meio¹³. Lembremos que o aspecto central da descoberta de Kepler sobre a possibilidade de uma física matemática abrangente é o mesmo princípio, já enfatizado por Leonardo da Vinci et al., que Kepler trata com concisão relativamente maior no seu ensaio dos “flocos de neve”, a respeito da *analysis situs* ou “topologia física”: que, na escala ordinária de percepção, todos os processos vivos se caracterizam, morfologicamente, como uma classe, pela ordenação harmônica congruente com a Secção Áurea, ao passo que os processos não-vivos não o são.

O trabalho de Kepler como um todo, e a sua astrofísica, de forma mais marcante, está baseado no reconhecimento corajoso e totalmente acurado do fato de que, se o Universo contém processos vivos como causas próximas de efeitos físicos sobre o domínio inorgânico, o Universo como um todo é axiomáticamente ordenado em uma forma não inconsistente com uma congruência da Secção Áurea e com uma congruência harmônica do Universo, um Universo tomado sempre e

em toda parte como *Uno*, como uma unidade soberanamente indivisível e transfinita no seu todo.

Compare-se isto com a característica “L’chaim” do fóton, do Prof. Bostick, e assim por diante¹⁴. Compare-se, também, com o trabalho do Prof. Dan Wells, um colaborador antigo de Bostick *et al.*, sobre as características “keplerianas” do átomo. As características *neguentrópicas* dos organismos vivos (ou os restos relevantes de tais formas vivas) não são alguma espécie de configuração de componentes inorgânicos mortos; as menores singularidades de processos materiais já demonstram tais características *hilozóicas* inerentes. Estas são as características da curvatura do espaço-tempo físico no qual a existência do fóton etc., constitui uma determinada singularidade de um processo contínuo.

Então, por que surpreendermo-nos de que o princípio dos processos vivos se afirme, mesmo desafiando o dogma filosófico dos mais eficientemente tirânicos dos estados contrários à vida? É correto manifestarmos a nossa incredulidade sobre o fato de que esse princípio vital esteja não somente de acordo com a *lei natural*, mas que o substrato biológico dos nossos processos mentais seja aparentemente concordante com as capacidades peculiares da nossa mente, para construir representações daquela lei natural inteligíveis e, cada vez menos imperfeitas?

Como uma personalidade individual localiza a sua identidade social naquela contribuição pessoal que torna a vida mortal completa de alguém uma existência historicamente necessária à Humanidade, a diferença entre uma nação de qualidade pobre e a personalidade de uma república verdadeiramente honrosa é que, como o presidente da França Charles de Gaulle advertiu os seus concidadãos, uma verdadeira república define o seu auto-interesse nacional distintivo como o sucesso contínuo de alguma função essencial que ela provenha com o intuito de defender, manter e aperfeiçoar a civilização como um todo.

“Para que me serve a existência da sua cruel nação?”, diz amargamente o cidadão de uma nação africana ou sul-americana espoliada, que ouse falar francamente, quando retruca

ao, infelizmente, indiferente representante da cidadania ou burocracia dos Estados Unidos da América, típica e arrogantemente chauvinista e de baixo nível moral. Que vergonha para os Estados Unidos e para os que defendem os males da usura monetarista e o malthusianismo genocida, que o governo dos EUA tem imposto nos últimos 25 anos sobre as nações do setor em desenvolvimento, de forma cada vez mais generalizada!

Que cidadão dos EUA pode, com justiça reclamar, um honesto respeito próprio e não meramente desejar que as políticas externas do governo de sua nação e o conglomerado financeiro possam ter, se tornar, no mínimo, um comportamento civilizado?

Existem hoje as tarefas gerais da Humanidade como um todo, em torno das quais todas as pessoas de boa vontade de todas as nações deveriam se unir, tarefas com respeito às quais cada nação pode encontrar o seu lugar necessário na divisão geral do trabalho pelo bem comum.

1) Estabelecer neste planeta não um tipo de tirania utópica oligárquica, federalista-universal, mas uma crescente comunidade de repúblicas, estados-nações soberanos, uma comunidade dedicada ao aumento da densidade populacional potencial de toda a Humanidade, pelos meios indispensáveis e implícitos do fomento ao investimento no progresso científico e tecnológico, progresso este tornado efetivamente disponível a todas as repúblicas desta comunidade. Para este fim, é preciso banir a prática da usura das relações entre as nações e estabelecer uma ordem monetária internacional justa, fomentando a expansão do comércio e o respectivo crédito.

2) Acabar e erradicar os efeitos da monstruosa injustiça tipificada pelas recentes políticas de “condicionalidades”, malthusianas e pró-usura, do Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e outras instituições relevantes.

3) Começar a movimentar a Humanidade para além dos limites deste planeta Terra, em programas de expansão para a colonização e exploração do espaço intra-solar e interestelar.

A importância das duas primeiras das três missões listadas é virtualmente auto-evidente, pelo menos à luz dos pontos relevantes tratados anteriormente. A terceira requer algum esclarecimento. Tratemos do assunto como exemplos "gaullistas" de missão-orientação "dirigista" com relação ao aspecto crucial e exemplar de uma orientação para colonização do espaço.

3. *Menor e mais distante*

O aumento geral indefinidamente estendido do valor per capita da densidade populacional potencial da Humanidade se correlaciona tanto com um aumento na *potência (ação → trabalho \propto potência)* per capita e por hectare. Isto se correlaciona com uma extensão dos limites astrofísicos e microfísicos da faixa de alcance hoje efetiva de compreensão dos processos físicos. No pequeno, progredimos do milímetro cúbico para o micron, a unidade do angström, à escala da ação característica molecular, depois à atômica, depois à nuclear etc. - escalas que correspondem a faixas de frequência cada vez mais altas da radiação eletromagnética. Assim, ao mesmo tempo, o domínio das estrelas é alcançado pela simples observação noturna, pelos telescópios ópticos e radiotelescópios, simples e aperfeiçoados, seguidos por fim pelas aventuras do homem no espaço.

Na medida em que viajamos na Terra e no espaço, encontramos os obstáculos da proporção da faixa de potência efetiva por unidade de volume e peso dos combustíveis. Isto se traduz na sucessão de fontes de energia química, de fissão, fusão e subnucleares: distâncias absolutas atingidas, em que períodos de tempo, em relação à proporção de peso do combustível para o peso total e a taxa de energia gerada por unidade de peso de combustível consumido, e assim por diante.

A ampliação do âmbito da nossa ação útil no microfísico e no astrofísico, que ocorre de forma mais ou menos simultânea e a um ritmo mais ou menos coordenado na escala do avanço em ambos os sentidos, se correlaciona com o surgimento de avanços cada vez mais exitosos (quer dizer, cada

vez menos imperfeitos) da concepção científica e com aumentos potenciais da geração e ampliação da *potência* per capita e por hectare para realizar trabalho útil. Assim, para manter o progresso desta forma, não é suficiente simplesmente estender a contemplação do Universo; devemos também estender o alcance da ação humana no microfísico e, externamente, para além das estrelas.

Esta visão da questão que acabamos de mostrar sugere que, se optarmos por missões práticas de exploração científica que estejam de acordo com a diretriz correlacionada que identificamos, forçaremos o progresso científico nas linhas de investigação frutíferas que geram revoluções científicas válidas mais rapidamente, com uma maior taxa de resultados positivos em relação ao esforço aplicado. Assim, desde que a sociedade se dedique a priorizar os modos intensivos em capital e em energia para investimento em progresso científico e tecnológico, o tipo de “programas de impacto” aqui implicados, promovidos pelo Estado e coordenando o microfísico com o astrofísico, representam programas “de impulso à ciência”, como uma espécie de esforço que supre a sociedade em todas as suas facetas com a mais alta taxa de incremento incentivado da densidade populacional potencial, com relação ao esforço aplicado e disponível da sociedade.

Deveríamos, enfaticamente, incluir em uma forma apropriada de “programa aeroespacial de impacto” com coordenação microfísica/astrofísica um programa abrangente de *biofísica ótica*, estendido aos limites das noções de formas eletromagnéticas “ólicas”.

Tais compromissos de uma república e comunidade de repúblicas com um programa microfísico, “ótico-biofísico” e “aeroespacial de impacto” tornam-se, em primeiro lugar, uma maneira de localizar a identidade de cada república como uma personalidade necessária da Humanidade como um todo. Isto ajuda a elevar o indivíduo soberano dentro de cada uma destas repúblicas, para acessar, diretamente e na prática, uma representação inteligível de si mesma tanto como patriota quanto como cidadão do mundo, e localizar a reflexão prática de si própria no auto-interesse superior nos mesmos moldes.

Estas considerações científicas e econômicas têm as suas reflexões correlatas no domínio das formas artísticas clássico-humanistas. Todas elas, tomadas em conjunto, definem implicitamente um “nível” de cultura requerido da forma corrente da linguagem popular culta.

4. *Democracia?*

O caso do então dominante e maligno Partido Democrático de Meleto, em Atenas, nos previne sobre a malignidade e a tirania rampantes em que a Humanidade incorre sempre que um povo abraça por um tempo mais prolongado uma versão radical da “fé” no princípio populista de uma “democracia jeffersoniana-jacksoniana”. Por “radical”, entende-se o modelo do liberalismo britânico também conhecido como radicalismo filosófico britânico, o modelo de David Hume, Adam Smith, Jeremy Bentham e John Stuart Mill.

O ponto crucial da questão da “fé cega na democracia” de um liberal está na concordância com a tendência fascista e amoral do positivismo da lei na tradição de John Locke (vide Anexo XIV). Este tipo de democracia radical gera o fascismo, da maneira exemplificada pelo júri do julgamento de Sócrates pelo Partido Democrático: a tirania irracional de uma percepção de “maioria de opinião democrática” para esmagar a sua oposição. A questão da *filosofia* fascista é a defesa irracional pelo positivista de uma igualdade política virtualmente de opinião “livre de valor” (isto é, amoral, imoral), enquanto mera opinião.

O remédio para essa fé na democracia tendendo ao fascismo é a noção de uma *república sob a lei natural*, como dada pelos humanistas cristãos que sucederam a Platão, definindo de forma correta e exemplar a *lei natural*. Sem a autoridade maior da lei natural, que, frequentemente, depara com uns poucos certos contra a sinceridade apaixonada de maiorias erradas, uma maioria democrática não é moralmente melhor do que uma multidão fascista linchadora. As leis emanadas por estas maiorias não são propriamente leis de forma alguma.

Hipoteticamente, seria melhor para todos os homens e mais vantajoso para a verdadeira liberdade individual de todas as pessoas que elas fossem dirigidas por um autocrata, cuja consciência reverenciava a autoridade superior da lei natural, do que por uma democracia perfeita da “Nova Era”. A este respeito, a epidemia fascista do “politicamente correto”, invocada em muitas das principais universidades norte-americanas em 1990-91 ilustra o mal da democracia radicalmente populista.

Contudo, como o atesta a história da monarquia, depois do bom rei, corria-se o risco de sofrer com sucessores corrompidos. O remédio é, como diz o marquês de Posa a Filipe II, na peça *Don Carlos* de Schiller, um estado no qual o rei seja um dentre um milhão de reis. Em resumo, uma república democrática sob a lei natural, baseada em uma educação secundária clássico-humanista obrigatória, por sua vez, baseada em uma forma obrigatória de língua popular verdadeiramente culta.

Uma república democrática soberana sob a lei natural seria a forma conhecida de governo mais segura e superior. A questão, como foi considerada pelos Pais Fundadores da jovem república constitucional federal dos EUA, Benjamin Franklin et al., era como “conservá-la”. Sem uma forma geral, clássico-humanista obrigatória de educação secundária, *em termos de referência* para com a própria forma culta de linguagem comum, o que ocorre é a provável erosão das qualificações gerais do cidadão, como testemunhado mais enfaticamente pela ampla degeneração da linguagem, da moral e do intelecto do estrato adulto abaixo de 50 anos nos EUA de hoje.

II. A economia e a lei natural

A. O exemplo

Para o nosso propósito imediato, selecionemos dois exemplos como fundamentos de referência para a nossa discussão. Focalizemos a uma distância relativamente maior alguns problemas principais e cruciais do estabelecimento de políti-

cas para o desenvolvimento dirigido bem sucedido de uma relação nova, durável, pacífica e produtiva entre os povos da Europa Oriental e Ocidental. Primeiramente, focalizemos brevemente o segundo caso exemplar, a impossibilidade de uma solução “puramente política” para o conflito de meio século entre os invasores israelenses e os árabes palestinos indígenas.

Durante os últimos 15 anos, houve diversas tentativas relativamente esperançosas - ou, se preferirmos, “menos desesperançosas” - de se começar um processo de discussões sérias de paz entre os israelenses e árabes palestinos. Uma das principais razões que contribuiu para o fracasso pré-garantido destes momentos frustrantes de esperança foi a desilusão expressa, por exemplo, na ênfase em: “precisamos nos concentrar em procurar uma solução política; a discussão sobre o desenvolvimento econômico tem de esperar até que uma solução política estabeleça as bases de negociação para a cooperação econômica”.

Peguemos os mapas da geografia física e físico-econômica daquela parte do Oriente Médio. Ponhamos um canal e um túnel cortando abaixo de Beersheba, descendo para o famoso Mar Morto, aproximadamente a 390 metros abaixo do nível do mar. As águas salgadas do Mediterrâneo, correndo para a bacia de evaporação representada pelo Mar Morto, entre outras coisas, aumentariam os potenciais de mineração e outros ao longo das margens do rio Jordão, da Margem Ocidental e do litoral de Israel.

Ao longo do canal, constróem-se uma série de usinas nucleoeletricas de última geração com reatores de alta temperatura resfriadas a gás, produzindo, entre outras coisas úteis, energia elétrica, energia térmica para processos químicos e, adicionalmente, um valioso rio de água doce processado a partir do influxo mediterrâneo.

Isto promoveria um novo e denso desenvolvimento agroindustrial na área atravessada pelo canal. A água doce bombeada daí supriria a Jordânia, Gaza e a Margem Ocidental, bem como o próprio território de Israel.

Esse túnel-canal exemplifica um compromisso geral com o fornecimento de mais reservas de água doce em quantidade equivalente a um novo rio na região de Israel-Palestina-Jordânia. Água e energia são os insumos indispensáveis e interdependentes dos quais depende o exercício sustentável e racional da riqueza física per capita e por hectare na região.

Tal enfoque de uma cooperação para o desenvolvimento econômico como missão para toda aquela região cria, pelo próprio desenvolvimento, um interesse vital em comum entre as nações participantes. Este interesse vital torna-se, por sua vez, a base para um interesse “político” comum e isto é que fornece a motivação para um “acordo político”.

O enfoque contrário, de adiar a cooperação econômica na dependência de um acordo “político”, deve, certamente, falhar a curto prazo e, com mais certeza a médio e longo prazos. Simplesmente, não há qualquer interesse verdadeiramente comum.

A nossa compreensão dessa dificuldade fica enriquecida se perguntarmos: que parte de cada grupamento nacional - por exemplo, de israelenses e palestinos - é pró-usura? Esta corrente pró-usura em qualquer campo é inerentemente - “objetivamente” - adversária de virtualmente cada lar na região como um todo, seja judeu, muçulmano ou cristão. Conseqüentemente, enquanto a unidade israelense contra os árabes, ou a unidade árabe contra os judeus, prevalecer num dos respectivos lados da luta, uma tolerância ao poder de veto dos interesses pró-usura representa, virtualmente, a morte certa de qualquer proposta para uma paz duradoura no Oriente Médio negociada entre as próprias nacionalidades principais.

Uma vez adotada uma missão de desenvolvimento econômico indivisível, como ilustrada pelo citado canal do Mar Morto, esta missão tornar-se-ia o interesse compartilhado que adquire a forma de um interesse comum ou mútuo. “Adquire a forma de” é uma sutileza crucial. O interesse não está na riqueza objetiva adquirida, mas no uso da produção, manutenção e operação daquele objeto útil, para promover um aumento significativo no desenvolvimento do potencial

soberano e criador dos membros de praticamente todos os lares familiares da região afetada.

Muito da incapacidade demonstrada por pessoas instruídas para apreender o conceito que acabamos de ilustrar decorre do infeliz sucesso dos liberais britânicos em espalhar o veneno filosófico empirista-indutivo de John Locke e outros. Geralmente, a “solução política não-econômica” proposta ecoa a definição empirista de um “contrato social”. A lavagem cerebral dos alunos de ciência política do Oriente Médio, em Londres e algures, com Adam Smith, Karl Marx, J. M. Keynes *et al.*, tem poluído a corrente sangüínea intelectual, tanto da intelectualidade judaica quanto da árabe. Desta maneira, eles são condicionados à noção de uma “paz” atingida por intermédio do mecanismo kantiano da negatividade. Como na *Crítica da razão prática* de Kant, o “positivo” (p.ex., a “paz”) surge na imaginação apenas de uma forma patética, como uma “negação da negação” (isto é, os “horrores da guerra”).

Apliquemos as lições do ilustrativo caso anterior para questões mais vastas e enormemente mais complexas: primeiro, da Europa continental de Charles de Gaulle, “do Atlântico aos Urais”; e estendamos isto mais além, para a vastidão dos problemas que unem a Europa Ocidental e o Leste Europeu no desenvolvimento econômico urgente da Eurásia como um todo.

A União Soviética, como, anteriormente, o império czarista de Moscou, é uma colcha de retalhos de nações e regiões semi-autônomas menores. Neste momento, ela representa um domínio de inúmeras línguas e muitos dialetos, em processo de desmoronamento. Apenas em território e população ela pode ser comparável aos EUA. No demais, falta-lhe o tipo de tendência a um “cadinho” de integração em torno de uma língua comum, que foi uma característica importante dos EUA. A comparação referente a este e outros fatores importantes mostra-nos a instabilidade inerente ao atual domínio de Moscou e, deste modo, deixa implícita e mais claramente o tipo de forças que mantiveram este aglomerado unido sob

uma autoridade central nas sete décadas precedentes e, também, o caso similar da velha Moscou czarista de antes.

Se tentarmos resolver a crise do antigo domínio do COMECON ou, mais estreitamente, a verificada dentro das fronteiras da União Soviética, apenas por meio de “soluções políticas”, toda esta região, que representa uma superpotência nuclear, provavelmente, convergirá em uma guerra civil, um desenlace de implicações globais incalculáveis.

Isto coloca, implicitamente, um ponto central para qualquer compreensão da situação programaticamente efetiva. Para enunciá-lo de uma forma adequadamente alarmante: a fonte principal e inerente de guerra civil potencial dentro do território da atual União Soviética é identificável pelo simples enunciado do fato de que a noção de “igualdade racial” é uma afirmação da sangrenta malignidade do racismo.

1. Racismo

Quem quer que decida descrever a si próprio como pertencente a uma raça diferente da de outras pessoas, é inerente e axiomáticamente um racista e um tolo - possivelmente perigoso. Falar de “igualdade racial” é traçar certas distinções biológicas entre classes de pessoas, análogas às distinções corretamente feitas entre espécies (“raças”) de cachorros, gatos, cavalos, porcos, vacas e baratas. Quando esta bobagem liberal se estabelece como opinião oficial, vêm os racistas liberais, como os notórios pervertidos Jensen e Shockley¹⁵, para lembrar-nos que a afirmação de “igualdade racial” significa reconhecer a derrota na luta pela *igualdade pessoal individual* para o “racista genético”.

Os cristãos enfatizam, corretamente, a missão do apóstolo Paulo. Como foi aqui anteriormente reforçado, a única qualidade que define uma pessoa como humana é a que coloca todos os homens axiomáticamente à parte e absolutamente acima a todas as espécies animais: a *centelha divina* de capacidade inata e soberana de todos os homens para a razão criadora; há apenas uma raça humana; há apenas uma característica, uma singularidade demonstrável, a *centelha divina* de Humanidade, que define, elementar e absolutamente, cada

pessoa como uma pessoa; só uma distinção definidora; só uma raça.

Este fato, como desenvolveremos a seguir, é programaticamente crucial para solucionar a presente crise da Eurásia. Antes de chegar à aplicação prática, exploremos as questões associadas com a própria distinção.

Consideremos as implicações relevantes do caso Jensen-Shockley.

Shockley, associado a um feito singularmente importante no campo da engenharia¹⁶, chegou ao mesmo e saiu dele com um excesso de confiança inflado e fanático na versão positivista da matemática escolar excessivamente algébrica, comumente ensinada, mas axiomáticamente deficiente. Ele deixou o seu campo de relativa utilidade e competência para usar o seu aprendizado matemático deficiente a serviço de uma espécie de preconceito racial puramente arbitrário, irracional e de “darwinismo social”. Daí resultou o dogma nazistóide e atroz do então deputado norte-americano George Herbert Walker Bush¹⁷, que ganhou notoriedade pública em 1969.

Reconheçamos o papel eficiente e central de algo *hereditário* naqueles pronunciamentos de 1969 do deputado Bush. Aqui, “hereditário” é empregado no mesmo sentido geral em que se fala, num sentido estrito, de um “princípio hereditário” nos sistemas de rede de teoremas dedutivos ou, mais profunda e genericamente, de uma ordem verdadeiramente cantoriana, transfinita (vide Anexo VII).

No caso Shockley-Bush, referimo-nos à afinidade de Shockley com uma corrente positivista de matemática excessivamente dedutiva. Como se pode ler nos atuais relatórios econômicos do governo dos EUA, o ex-deputado Bush não nos impressiona, exatamente, como um matemático. Shockley tem uma herança matemática deficiente, é verdade, mas apenas no que é congruente com um defeito também central no conjunto mental do deputado Bush.

Com isso, queremos chamar a atenção, momentaneamente, para as raízes comuns e hereditárias das políticas racistas convergentes de Shockley e do deputado Bush. A raiz comum é, principalmente, a moderna tradição britânica dos cultos

gnósticos, tipificados na história moderna pela *cabala* de “Oxbridge”¹⁸ dos séculos XVI e XVII e, também, pela influência penetrante das seitas *rosacruz* sobre o empirismo de Sir Francis Bacon e seus seguidores, como Isaac Newton¹⁹.

No caso de Shockley, rastreamos a influência hereditária do cultismo gnóstico desde a introdução do princípio anti-científico da *indução*²⁰ até uma facção reducionista influente na física matemática. No caso do deputado Bush, estamos seguindo a mesma tradição gnóstica que a de Shockley, nas formas pelas quais foi transmitida desde Bacon até a década de 1960, com a ajuda de nomes anglo-americanos notáveis como John Locke, David Hume, Adam Smith, Jeremy Bentham, Thomas Malthus, John Stuart Mill, Thomas Huxley, William James, John Dewey, Walter Lippmann e criadores de mitos, como Thorsten Veblen e R.H. Tawney.

2. *Descartes e Kant*

Não é apenas o empirismo de quadra de beisebol de Yale de Bush que possui as mesmas origens britânicas predominantes que o reducionismo positivista radical de sala de aula de engenharia de Shockley. Qualquer assertiva positivista, se suficientemente rigorosa e dita primeiramente na forma da língua falada, pode ser reexpressa de forma matemática ou quase-algébrica, lógico-formal. Conta em ambas, em primeiro lugar, a raiz religiosa (gnóstica) comum e, em segundo, a equivalência linear das afirmativas positivistas em diferentes opções de forma, havendo um tipo simples - isto é, linear - de congruência funcional entre o “darwinismo social” de vestiário de clube de campo de um Bush de 1969 e o formalismo rígido do exótico racista Shockley.

A outra característica que perturba ao lidarmos com o empiricismo britânico é que, para persuadir os crédulos em suas audiências, os empiricistas britânicos recheiam os seus pronunciamentos com sofismas irrelevantes, geralmente confiando mais num apelo à irrelevante peça de retórica do que à força do argumento na questão em debate. Por esta razão, frequentemente, é desejável e admissível atacar uma propo-

sição empirista britânica em dois passos sucessivos. O primeiro é se dirigir ao conteúdo do argumento do empirista britânico, ou dos notáveis franceses ou alemães, quando o mesmo argumento for debatido em uma forma relativamente menos inflada e mais rigorosa. O segundo passo é provar que por baixo do recheio oxfordiano²¹, o empirista britânico, na verdade, não oferece nada mais substancial do que o argumento francês ou alemão, relativamente mais translúcido, oferecido para fins de comparação.

Embora nem Descartes nem Kant possam ser chamados de empiristas, a maior parte das proposições cruciais do empirismo britânico está incluída com lógica mais forte no trabalho destes dois gnósticos neo-aristotélicos continentais. Por razões correlatas, onde o tipo indicado de comparação for apropriado, estes dois são, geralmente, as modernas fontes continentais preferenciais.

Refiramo-nos a um ponto sublinhado no capítulo anterior. O paradoxo do “relojeiro” de Newton é um paradoxo fabricado, que se apóia em algo nada diferente do argumento de Descartes para o seu *deus ex machina*. Sem nada a acrescentar, deve ser suficiente chamar a atenção do leitor para o fato de que a noção de *deus ex machina* relega ao domínio, senão do inexistente, pelo menos, do ininteligível, tudo o que haja no Universo que reflita a *neguentropia*, bem como tudo o quanto haja na mente humana por meio do que a neguentropia possa ser compreendida²².

Neste tópico específico, Kant é mais importante para nós do que Descartes por duas razões. Sem desprezar o desenvolvimento das diferenças de Kant para com a mudança radical empreendida por Hume ao final de sua vida, como indicam os *Prolegômenos* de Kant, antes da publicação de suas *Críticas*, Kant decidiu tornar-se o principal discípulo do empirismo de Hume e o maior oponente de Leibniz em língua alemã. Apesar da controvérsia com o velho Hume, referida nos *Prolegômenos*, Kant continuou um defensor gnóstico da luta do empirismo contra o humanismo cristão até o fim de sua vida. Durante o século XIX, o trabalho de Kant e o assim chamado “neokantismo” contribuem com aportes indispen-

sáveis para a sobrevivência do positivismo radical nascente na França e em língua alemã.

Voltar a examinar brevemente a retomada por Kant do argumento do *deus ex machina* de Descartes nos conduz, agora, à visão renovada e necessária do paradoxo do desenvolvimento euroasiático que tratamos aqui. Para mostrar as raízes do conflito político dominado pelos anglo-americanos, devemos começar o nosso sumário do caso de Kant com uma olhada às raízes inglesas da atual política do ex-deputado George Bush.

O sumário começa com a ascensão de Jorge I, aliado político do maligno primeiro duque de Marlborough, ao recém estabelecido trono do Reino Unido. Este foi um triunfo para os liberais britânicos de Marlborough, também conhecidos como o “Partido Veneziano”, pró-usura e contrário ao partido pró-desenvolvimento que incluía os admiradores britânicos de Leibniz²³. Sob o longo governo do primeiro-ministro Walpole, uma prolongada orgia de decadência moral, intelectual e econômica produziu o curioso fenômeno da apologia escocesa da degeneração moral entre os seus ricos vizinhos ingleses ao sul. A curiosidade foi introduzida sob o perverso título de “filosofia moral”, cunhada por um lunático confesso, David Hume, e seu êmulo, Adam Smith²⁴.

O cerne dessa “filosofia moral” está estampado nos dois principais livros de Adam Smith, a *Teoria dos sentimentos morais*, de 1759, e sua continuação, de 1776, mais conhecida pelo título abreviado de *A riqueza das nações*²⁵.

Smith defende a opinião de que, como o homem seria incapaz de antecipar as conseqüências de longo prazo na prática política, o indivíduo deve esquecer tais conceitos e se limitar a perseguir o mais simples e instintivo senso de estreito auto-interesse pessoal. Isto, pelo menos, é um resumo justo²⁶. Na *Riqueza das Nações*, este argumento nazistóide (“tudo é permitido”) de Smith serve como defesa para os seus empregadores, a Companhia Britânica das Índias Orientais e o Banco Baring, à época conduzindo o tráfico de ópio para a China. Serve também como a única desculpa para a doutrina cultuada por Smith, infalivelmente ruinosa e irracional, da

“mão invisível” - o “livre comércio”. É o mesmo argumento usado mais tarde por Jeremy Bentham em suas próprias obras, *Em defesa da usura*, *Em defesa da pederastia* e *Uma introdução aos princípios de moral e legislação*²⁷.

Mais tarde, Kant aplica um sofisma mais desafiador em defesa da imoralidade de Hume e Smith. Este sofisma é um aspecto central das suas *Críticas*, resumidas em linguagem relativamente mais popular em sua *Crítica do juízo*. Trata-se, essencialmente, de uma nova defesa do *deus ex machina* de Descartes e, implicitamente, portanto, também da versão do “relojoeiro” de Newton. Embora Kant, no prefácio à primeira edição de sua *Crítica da razão pura*, apresente um ataque devastador ao “indiferentismo” (moral) filosófico (britânico) - um generoso eufemismo para os abomináveis argumentos satânicos de Adam Smith - o próprio Kant fornece o teorema do qual depende o positivismo do século XIX para aparentar credibilidade filosófica.

Kant nega categoricamente a possibilidade de que seres humanos possam desenvolver uma representação inteligível dos processos mentais pelos quais uma descoberta criativa válida seja gerada como hipótese²⁸. Ele deduz deste teorema o corolário de que não existem critérios possíveis e racionais para definir a beleza artística. Estes aspectos falhos apresentados na sua *Crítica do juízo* representam, relativamente, os mais rigorosos dentre os esforços conhecidos para justificar teoremas equivalentes ao *deus ex machina* de Descartes. Por razões decorrentes, os teoremas fracassados de Kant são congruentes com quaisquer formas rigorosas dos formalistas para a ambicionada prova do dogma da “mão invisível” de Smith.

Para o ponto imediatamente em discussão, todos os sistemas de teoremas empiristas ou positivistas dependem de uma hipótese equivalente à tentativa fracassada de Kant. Isto é sublinhado pelo fato, já citado, de que os nascentes movimentos positivistas do século XIX, na França e na Alemanha, invocavam a autoridade neokantiana de Kant, na tentativa de preencher as crescentes lacunas epistemológicas de seus sistemas.

Assim, temos uma congruência qualificada entre o *deus ex machina* cartesiano, o teorema central kantiano (das *Críticas*) e as hipóteses elementares do empirismo. O arcabouço mental subjacente às representações mais rigorosas, matemáticas e outras, é o mesmo arcabouço empirista transmitido durante séculos, desde o aparecimento da cabala de Oxford e Cambridge e o empirismo dos gnósticos rosacruz, refletidos nos referidos pronunciamentos racistas do deputado Bush, em 1969.

Antes de juntar as últimas pontas soltas de certa relevância na história do gnosticismo empírico, consideremos um aspecto significativo de ambos os paradoxos, israelense-palestino e euroasiático, aos quais se dirige esta linha de argumento. Em resumo, como as questões de filosofia, enquanto filosofia, exercem uma influência direta e determinante nos processos estratégicos?

Já enfatizamos o fato²⁹ de que, apesar do número significativo do que foram, em alguns desses casos, mudanças mais ou menos radicais nas políticas econômica e monetária dos EUA, domésticas e externas, a sucessão das mudanças leva, com raras desvios, a uma direção constante. Esta direção é resumida em três tendências políticas doutrinariamente reguladas: o estabelecimento de uma ordem federalista mundial dominada pelos anglo-americanos; a “mudança de paradigma cultural, com a imposição de um paradigma “aquariano”; e a instauração de uma ordem global, “pós-industrial” e malthusiana, sendo esta última modelada no precedente histórico dos notórios decretos “socialistas” do imperador romano Diocleciano (a doutrina “malthusiana” de fato na qual se baseou posteriormente a ordem bizantina)³⁰.

O caso do deputado Bush é típico do determinismo filosófico da “mudança de paradigma cultural” de 1963-1991 nos Estados Unidos da América.

Bush é oriundo de um círculo cultista da fraternidade Skull and Bones (Caveira e Ossos) da Universidade de Yale, ao qual pertencem personagens como Averell Harriman (empregador do pai de Bush), Henry Stimson, McGeorge Bundy *et al.*³¹. Este círculo fundou a Sociedade de Eugenia da América,

simpatizante declarada dos dogmas de “purificação racial” do Partido Nazista de Adolf Hitler, no início da década de 30. As afinidades do deputado e presidente Bush com o racismo malthusiano já foram abertamente associadas com o Fundo Draper³², desde o período de seus mandatos no Congresso norte-americano, durante a década de 60.

Com isso, não queremos individualizar o Sr. Bush. Muito pelo contrário. Pode-se ironizar que há três categorias funcionais de racismo anglo-saxão, que se manifestam significativamente na população norte-americana. A categoria A é o estrato do clube de campo ou do falastrão do bar. A categoria B inclui o conjunto dos que se encapuzam com fronhas de almofadas. A categoria C contém as figuras do *Establishment* patricio, como Bertrand Russell na Inglaterra, as quais podem ser razoavelmente qualificadas como representantes da quadrilha partidária dos fornos crematórios ou da fome e das epidemias. O Fundo Draper, assim como o Clube de Roma, o relatório *Global 2000* da Administração Carter ou as “condicionalidades” do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, são instrumentos daqueles que, como Bertrand Russell, preferem os meios “mais eficientes” da fome e epidemias às “câmaras de gás”. O importante *não* é particularizar o deputado Bush, mas sim mostrar que o já mencionado e vergonhoso discurso político de Bush reflete o esquema mental filosófico dominante nos elementos patricios relevantes de Harvard-Yale, entre a facção norte-americana do *Establishment* Liberal Anglo-Americano como um todo.

Dessa maneira, a persistência de tal influência filosófica, sobretudo entre o *Establishment*, exerceu uma influência corrosiva no que era ensinado pelos positivistas nas universidades, vazando destes círculos pensantes para o governo, os meios de comunicação, os demais canais do sistema e os partidos políticos, possibilitando a modelagem da maioria das ações de condução política.

B. História

Assim, em geral, é feita a História. Apenas raramente é que decisões sobre eventos cruciais determinam a História.

Geralmente, o acúmulo de decisões que parecem determinar a História são reflexos da “mentalidade” filosófica, religiosa etc., que determinam os rumos das tendências dominantes nas decisões. Esta conexão é grosseiramente análoga ao efeito do “poder hereditário” de um conjunto integral de axiomas e postulados na determinação dos teoremas de uma correspondente rede dedutiva de teoremas.

Para efetuar uma mudança real de direção na História corrente, precisamos focalizar os esforços nos “conjuntos integrais de axiomas e postulados” que definem uma “mentalidade”, ou “paradigma cultural”. Nos dois casos aqui mencionados, há duas ou mais “mentalidades” culturais distintas a ser consideradas.

Neste casos, como ilustra o projeto do canal-túnel do Mar Morto, o enfoque proposto para as soluções nos proporciona um programa de economia física necessário na prática para catalizar as alterações necessárias nas “mentalidades”.

Qualquer programa necessário de desenvolvimento econômico que enfatize o emprego consciente dos poderes criativos da razão do indivíduo soberano tende a deslocar o “paradigma cultural”, inclinándolo à concordância com a lei natural. Ao contrário, qualquer prática política que suprima a ênfase no progresso científico, tecnológico e seus associados constitui uma afronta ao potencial do indivíduo para a razão criadora. O resultado é uma tendência à “bestialização” dos membros da sociedade.

Assim, a mentalidade do empiricista - p. ex., do liberal ao estilo britânico - é inerentemente uma visão racista e perversa da Humanidade, que, como o britânico Thomas Huxley, não consegue distinguir efetivamente a criação de gado e de cães da reprodução da espécie humana³³. As razões necessárias subjacentes à relação causal entre o positivismo e o racismo (do tipo Shockley-Bush) já foram implicitamente identificadas. Identifiquemos estas conexões e apliquemos, então, a lição ao caso da Eurásia.

O *deus ex machina* cartesiano tem dois efeitos interdependentes reconhecidos e relevantes. Ele relega a razão criadora, como Kant, a um domínio espiritual incognoscível, fora do

domínio físico e do corpo humano. Como consequência lógica, tudo o que sugira, empiricamente ou não, uma curvatura do espaço-tempo do Universo físico e neguentrópico “kepleriano” é banido da física matemática neoaristotélica.

Pelo primeiro efeito, Descartes deve ser comparado aos gnósticos maniqueístas e também às raízes cátaras-bogomilas do gnosticismo rosacruz, o mito gnóstico de Percival/Parsifal e assim por diante. Consideremos, por exemplo, as célebres hipóteses do “relojeiro” de Newton³⁴, já referidas anteriormente, ou a James C. Maxwell (1831-79), que, em uma carta que complementa a introdução de sua famosa obra, admitiu que, em seu afã constante de “excluir quaisquer geometrias que não sejam a nossa”, falsificou certas evidências cruciais³⁵. Do mesmo traço de empirismo inglês dão conta os ataques e difamações da obra de Gauss, Riemann e Georg Cantor, entre outros, tarefa conferida a Bertrand Russell, que este se apressou a publicar³⁶.

Para as nossas finalidades imediatas, a forma neoaristotélica de arcabouço mental gnóstico que estamos tratando é, portanto, exemplificada pelos três exemplos lapidares citados: o *deus ex machina* de Descartes, o seu eco nas teses do “relojeiro” de Newton e as duas teses corolárias do sistema kantiano mostradas em sua *Crítica do juízo*. Eles são, individual e coletivamente, equivalentes a todas as variedades de mentalidades explicitamente gnósticas que, como o maniqueísmo, postulam uma separação mais ou menos hermética e uma hostilidade recíproca entre um universo espiritual e o físico, que se supõe contrariar, de forma mais ou menos fanática, o conceito de *consustancialidade*³⁷. Aí se inclui tradição do culto bogomilo-cátaro. A hostilidade do cartesianismo a Kepler *et al.* é, portanto, razoavelmente descrita como um culto *cátaro* disfarçado de física matemática.

As formas de gnosticismo - e, mais conspicuamente, quando expressas como influência ideológica em uma física matemática - negam a existência de um poder criativo mental inteligível capaz de ser, necessariamente, uma causa eficiente dentro de processos físicos. Da mesma forma, os cultos gnósticos pseudocristãos negam a existência de uma “cente-

lha divina” *necessariamente eficiente* da razão criadora para o indivíduo.

Esta consideração apresenta dois efeitos hereditários a ser enfatizados. A noção do indivíduo soberano não existe como teorema para um tal ideólogo cultista. Tampouco existe um teorema que especifique uma distinção necessária e fundamental entre o homem e o animal. Ou isto conduz ao racismo ou o racista obcecado procura e abraça esta negação gnóstica da “centelha divina” como um axioma necessário para prover um arcabouço mental adequado para si próprio.

A mesma ideologia cultista permite a prática da usura. Ou o aumento na riqueza per capita da sociedade é resultado dos poderes criativos mentais soberanos das pessoas, ou não é. Se não for, então, temos as teses do fisiocrata, as teses do culto gnóstico da “Mãe-Terra”, a deusa-prostituta Ishtar-Gaia-Cibebe-Ísis. Semelhantemente, não há sacralidade para a vida humana individual.

Reciprocamente, quem nega sistematicamente o teorema da sacralidade de uma vida humana individual não é nem cristão nem um respeitador da lei natural.

Podemos, agora, passar diretamente ao ponto principal.

C. Negociando com Moscou

Na atualidade (1991), nas negociações do “Ocidente” com Moscou, há uma abordagem que, certamente, não produzirá senão o desastre para todos os envolvidos: a insistência em que Moscou e seus ex-satélites se submetam às desastrosas “condicionalidades” schachtianas do desastroso “modelo polonês” do Fundo Monetário Internacional e do Grupo dos Sete, como “pré-requisito” para isto ou aquilo. A segunda abordagem a ser considerada é a correlacionada com o caso citado, mais complexo, árabe-israelense: a solução política, a exigência de independência soberana pelas nacionalidades que estiveram várias décadas sob o jugo de Moscou.

O caso das relações comerciais pré-1989 entre parceiros comerciais cruciais do COMECON, como a Checoslováquia e a Alemanha Oriental (RDA) ilustra um aspecto central incluído no assunto a ser considerado. Focalizemos a transi-

ção de 1988-89 a 1990-91 nas relações comerciais entre Moscou e a parte de uma Alemanha agora unificada, que já foi a “Terra do Leite e Mel “ da RDA³⁹.

Primeiramente, antes da mudança política, a Alemanha Oriental e a Checoslováquia eram fornecedoras de produtos vitais para a economia soviética. Sem um fluxo contínuo deste comércio, do lado soviético, os gargalos resultantes teriam sido paralisantes para a indústria soviética como um todo. Sem este comércio, um segmento muito significativo da ex-RDA não tem fonte adequada de encomendas para manter sua produção em marcha.

Uma situação similar confronta também todos os novos ex-estados reformados do COMECON no Leste Europeu. Todos os estados declarada ou intencionalmente independentes dentro das fronteiras soviéticas pré-1989, como os estados bálticos, a Geórgia, Ucrânia etc., manifestam interdependências agudas para com o que foi a economia soviética como um todo. Os efeitos desastrosos do corte de antigas linhas deste comércio entre a Alemanha Oriental e Moscou, em 1990, ilustram o problema geral.

Esse aspecto da questão se superpõe aos problemas militares-estratégicos.

O Exército Vermelho de Moscou (num sentido mais amplo) continua a ser uma superpotência termonuclear. Pior ainda, o comportamento recente das forças anglo-americanas, ao enunciar ações da “Doutrina Thornburgh” contra o Panamá, no Golfo Pérsico e outras regiões, coloca limites inferiores na disposição de Moscou e até na sua capacidade de se retirar estrategicamente, como obviamente desejam e exigem as aspirações legais, moralmente legítimas e nacionais dos estados bálticos e outros. “Dois passos para trás”, pensa o grupo do Comando Geral da Academia de Voroshilov, “mas não três e nunca quatro”.

1. A Iniciativa de Defesa Estratégica

Em 1979, como parte de sua própria campanha de indicação presidencial democrata de 1980, o autor publicou uma “Plataforma de Campanha”⁴⁰ que, posteriormente, ficou co-

nhecida como a Iniciativa de Defesa Estratégica (SDI), anunciada pelo presidente Ronald Reagan em 23 de março de 1983. Para os nossos propósitos imediatos, o ponto que deve ser enfatizado é a oferta especial a Moscou incluída pelo presidente Reagan naquele discurso de 23 de março e repetida várias vezes depois⁴¹.

Consideremos o seguinte resumo sobre a proposta da SDI, como este autor a visualizava, no período 1977-79 e posteriormente. A narrativa autobiográfica fornecida em outras publicações é aqui omitida objetivando uma maior concisão⁴².

O resumo apresentado no texto repete a concepção da área-problema pelo autor durante 1977-78. Entretanto, alguns dos fatos aqui mencionados representam aspectos daquela concepção que não foram documentados na proposta do escritor antes do período 1979-1982.

Como Bertrand Russell deixa claro em suas famosas contribuições “churchillianas”, que apareceram na edição de outubro de 1946 do *Bulletin of the Atomic Scientists*, o objetivo estratégico original dos britânicos para o período pós-Segunda Guerra Mundial era usar a Organização das Nações Unidas (ONU) como veículo para estabelecer um novo Império Romano global dos principais vencedores da guerra. Essencialmente, isto significava um condomínio anglo-americano-soviético, sendo os soviéticos um sócio menor e o arranjo virtual anglo-americano sendo constituído pela fórmula “cérebro britânico, músculos americanos”, de acordo com o ditado transatlântico vigente na época.

Como Russell enfatizou no texto de outubro de 1946 e, posteriormente, em escritos e entrevistas publicadas sobre o mesmo tema⁴³, o monopólio dos arsenais nucleares anglo-americano temporário no pós-guerra constituía um aspecto vital das formas propostas para o estabelecimento de de uma “nova ordem mundial” baseada em um federalismo mundial. O texto de 1946 foi o primeiro de uma série de ocasiões, durante o período estalinista pós-1945, em que Russell lançou a Moscou a sua ameaça “churchilliana” de uma “guerra nuclear preventiva”, caso Moscou continuasse com a rejeição

de Stálin à oferta de uma parceria minoritária dentro do esquema de federação mundial⁴⁴.

Aos seus leitores ocidentais, começando com aquele texto de 1946, Russell advertia que acreditava faltar às potências anglo-americanas a coragem para ir além do limiar de uma guerra nuclear preventiva contra Moscou, de modo a forçar Moscou a se submeter ao acordo “federacionista mundial” em condições relativamente muito mais favoráveis a Londres e Washington, ou seja, antes da inevitável aquisição de arsenais nucleares pelos soviéticos⁴⁵. Em síntese, Russell previa que, devido à falta de coragem do Ocidente, o novo arranjo federalista mundial só emergiria depois que Moscou dispusesse de tais armamentos.

Assim, como se Russell o tivesse predito, o primeiro passo para o estabelecimento de tal condomínio global anglo-americano-soviético ocorreu sob Nikita Khrushchov, após a morte de Stálin, começando com a presença de quatro representantes soviéticos na reunião de 1955 da Associação Mundial de Parlamentares pelo Governo Mundial, criada pelo próprio Russell, em Londres⁴⁶. Daí surgiram as célebres Conferências Pugwash (de Cyrus Eaton), patrocinadas pelos fabianos ingleses, das quais a segunda, a Conferência Pugwash de Quebec, em 1958, preparou os primeiros acordos de controle armamentista, detalhados pelo Dr. Leo Szilard, antecipatórios do governo federalista mundial⁴⁷.

Coloquemos de lado os altos e baixos dos relacionamentos de 1958-82 entre, por um lado, os presidentes norte-americanos e, pelo outro, Nikita Khrushchov e Leonid Brejnev. Essencialmente apoiados pelo ramo novaiorquino do serviço secreto de Londres, o Conselho de Relações Exteriores de Nova York (CFR) e a Chatham House de Henry A. Kissinger⁴⁸, os EUA e os soviéticos chegaram a um acordo sobre os termos das Conferências Pugwash durante os mandatos de Henry A. Kissinger como conselheiro de segurança nacional (1969-75) e secretário de Estado (1973-77) dos presidentes Richard Nixon e Gerald Ford. Os aspectos mais proeminentes do papel de Kissinger como agente das Conferências Pugwash, pelos quais muitos o suspeitaram de ser um agente

soviético⁴⁹, foram as negociações com Moscou e Pequim. As negociações de controle de armamentos, incluindo o crucial Tratado ABM (Mísseis Antibalísticos), de 1972, são os fatos mais diretamente relevantes para se examinar a política da SDI.

Já em 1958, 14 anos antes de Kissinger descaracterizar o Tratado ABM de 1972, o cúmplice de Bertrand Russell, Dr. Leo Szilard⁵⁰, propusera o banimento dos mísseis antibalísticos como uma forma de garantir que ambas as superpotências termonucleares permanecessem em um estado de aberta vulnerabilidade às ogivas termonucleares intercontinentais da outra. Por quê? Para forçar um tipo de federação mundial dirigida pelo condomínio anglo-americano-soviético sobre o mundo como um todo.

Kissinger, treinado pela Chatham House do serviço secreto britânico, pelo Prof. William Yandell Elliott, em Harvard, e no Instituto Tavistock de Londres, foi um seguidor linha-dura de Castlereagh, da famosa “Máscara da Anarquia”⁵¹, antes de ser levado a trabalhar nos dogmas russellianos de Pugwash sob a direção de George Franklin, John D. Rockefeller III, McGeorge Bundy e outros, durante a década de 50, no Conselho de Relações Exteriores de Nova York⁵². Durante o intervalo em que foi demitido de sua posição de consultor da Administração Kennedy até que se tornasse virtualmente o “presidente em exercício”, durante o período 1969-77, a principal associação de Henry A. Kissinger foi com os intelectuais ostensivamente esquerdistas de Bertrand Russel em Pugwash.

Por volta de meados da década de 70, o dogma russelliano de Pugwash havia colocado o mundo em um pavio nuclear curto. Foi assim que este autor encontrou a situação, ao lançar a sua campanha de 1976 para a Presidência dos EUA.

Na época, a introdução de mísseis de médio alcance cada vez mais precisos, os MIRV termonucleares lançados de terra e de submarinos, como os conspícuos SS-20 soviéticos, havia colocado o mundo *potencialmente* a um triz do acionamento do gatilho nuclear. A redução do tempo de aviso para um ataque preventivo de mísseis, de mais de 20 minutos para a

ordem de cinco ou menos, significava que a detecção de um lançamento submarino aproximado, de relativamente poucos mísseis soviéticos contra o território dos EUA, ou o alvejar análogo do território soviético, poderia, provavelmente, significar uma ofensiva total pelo lado ameaçado, em retaliação. Este seria o desembocadouro das doutrinas do “equilíbrio do terror” de Leo Szilard e a “Destruição Mutuamente Assegurada” (MAD) de Robert McNamara e Henry Kissinger.

Se, entretanto, os EUA e a URSS possuíssem uma defesa contra mísseis balísticos capaz, nas palavras⁵³ do marechal soviético V.D. Sokolovsky, em 1963, de eliminar uma proporção “estrategicamente significativa” de mísseis disparados contra ela, o efeito de “gatilho por um triz” poderia ser controlado. No início da década de 60, em seu livro *Estratégia militar soviética*, Sokolovsky⁵⁴ já havia, corretamente, depreciado o que, nos anos 80, convencionou-se a chamar “armas de energia cinética” para a defesa contra mísseis balísticos estratégicos. Pelo contrário, Sokolovsky enfatizara a alternativa incipiente que, mais tarde, o adendo ao Tratado ABM de 1972 definiu como defesa contra mísseis balísticos baseada em “novos princípios físicos”.

Em meados da década de 70, o comandante do serviço secreto da Força Aérea dos EUA, major-general George Keegan, percebeu que os soviéticos estavam trabalhando em um sistema antimísseis baseado em “novos princípios físicos” e propôs que os EUA fizessem o mesmo. Porém, as propostas de Keegan foram torpedeadas por várias figuras proeminentes, inclusive o chefe da Agência de Inteligência de Defesa (DIA), tenente-general Daniel Graham. Com base em uma auditoria científica independente do relatório do major-general Keegan, no outono de 1977, este autor apoiou publicamente aquele relatório e decidiu ir adiante para desenvolver o que se tornaria a plataforma da SDI durante a sua campanha para a indicação presidencial democrata de 1980 e, em uma medida mais ampla, as propostas “SDI” de 1981-82 do autor para a Administração Reagan. Este foi também o objeto das discussões de bastidores encetadas pelo autor em

1982-83, por solicitação da Casa Branca, com representantes soviéticos.

O que este autor propôs no período 1981-83 ao Conselho de Segurança Nacional de Reagan e outras instituições governamentais relevantes, representadas nas discussões extraoficiais com o governo soviético, a aliados dos EUA etc., foi um precursor do que se apresenta agora como base para uma discussão de trabalho sobre a crise eurasiática de 1991. Agora, revisemos sob esta ótica os pontos centrais da proposta “SDI” de 1982.

A primeira apresentação da proposta “SDI” de 1982 à atenção internacional se deu diante das centenas de participantes de um seminário específico sobre o assunto, realizado em Washington, D.C., em 17-18 de fevereiro de 1982⁵⁵, à qual se seguiu a publicação de uma versão escrita da proposta⁵⁶. Esta proposta tinha três componentes principais: militar, tecnológico e político, representando, em seu conjunto, uma *política de prevenção de guerra*.

1) Militar

O elemento militar desse pacote de prevenção de guerra era a confiança na introdução de uma alta taxa de desgaste tecnológico em métodos estratégicos e táticos de guerra, centralizada em um “programa de impacto” empregando os chamados novos princípios físicos, para construir uma defesa global contra mísseis balísticos capaz, efetivamente, de destruir uma fração estrategicamente significativa dos mísseis lançados em um “disparo inicial” do adversário.

O projeto se baseava na viabilidade da próxima utilização de uma nova geração de sistemas de armas eletromagnéticas, a cujo princípio de projeto é inerente uma vantagem estimada em cerca de dez para um, em custo de destruição, frente aos (relativamente) lentos mísseis intercontinentais, suas ogivas e estágios. A mesma família de tecnologias de “novos princípios físicos” era estendida ao campo de batalha tático (p.ex., a Europa) e aos mares.

2) Tecnológico

O aparato que é desenvolvido para efetivar uma forma relativamente aperfeiçoada de um experimento crucial é, em

uma questão de princípio físico-geométrico, o modelo de referência para o projeto de uma correspondente família de armas e *máquinas-ferramentas*. A máquina-ferramenta desenvolvida em conjunto com um programa de armas é o meio pelo qual a vantagem física do projeto militar se transforma no dispositivo que introduz um maior ou menor grau de revolução tecnológica, qualidade de produtos e produtividade na produção civil em geral.

Assim, na medida em que a produção militar seja um reflexo aplicado de altas taxas de progresso científico etc. e desde que se encorajem adequadamente que, por intermédio dos vasos comunicantes das máquinas-ferramentas, a tecnologia militar se converta em investimentos elevados no progresso técnico da economia em geral, com o emprego *intensivo em capital e energia*, tais investimentos chegariam a um “ponto de equilíbrio”, acima do qual é possível manter um grande programa militar com um *custo líquido negativo* para a economia como um todo. Este conceito tornou-se conhecido como o princípio do “transbordamento técnico”.

Esse reflexo dos princípios de economia física leibniziana constituía a prova da viabilidade tanto militar quanto econômica do que veio posteriormente a ser conhecido como versão “Edward Teller” da SDI⁵⁷. Isto é: a) os EUA poderiam assumir quaisquer compromissos exigidos por um programa antibalístico proposto; e b) o princípio do “transbordamento técnico” permitia aos EUA avançar o necessário na direção das tecnologias avançadas, para atingir o desempenho requerido.

2. A economia

Esse pacote tecnológico-militar foi, igualmente, concebido como uma forma de “motor científico” para recolocar a economia mundial nos trilhos. Para este propósito, em 1982, o autor concebeu e apresentou de forma complementar ao programa antibalístico uma série de programas para a recuperação econômica global, incluindo o célebre memorando *Operação Juárez*, publicado em agosto daquele ano.

A perspectiva geral era a de combinar um surto de industrialização que tal “motor científico” proporcionaria às nações avançadas com uma reforma monetária internacional generalizada. O resultado visado, como ilustrado por *Operação Juárez* e pelos relatórios do autor sobre a Bacia Indo-Pacífica, de 1983, era o desencadeamento de um surto de exportações auto-sustentável e crescente de bens de capital do setor industrializado para o setor em desenvolvimento.

O outro aspecto distintivo das propostas de 1981-82 feitas pelo autor à Administração Reagan era o de que os EUA deveriam propor a Moscou o novo programa antibalístico como base para a cooperação entre os dois blocos estratégicos.

Por que não? *Os dois blocos adversários já estavam cooperando militarmente*, seguindo as linhas das Conferências Pugwash. Os mísseis de médio alcance tinham demonstrado o que deveria ter sido sempre evidente: que Bertrand Russell, talvez, tenha sido o indivíduo mais maligno deste século e que o Dr. Leo Szilard era visivelmente insano, pois o seu esquema “à la Rube Goldberg” estava conduzindo rapidamente à própria guerra termonuclear que, supostamente, deveria impedir.

Alguns aspectos concretos do “programa de impacto” antibalístico do autor consideravam pontos das negociações do SDI entre EUA-URSS de 1982-83, que são relevante para a solução da crise européia de hoje.

Aproximadamente oito semanas antes do primeiro anúncio público do SDI pelo presidente Reagan, os seguintes três pontos foram transmitidos de Moscou, por intermédio deste autor, como uma resposta ao Conselho de Segurança Nacional dos EUA: 1) concordamos que o seu programa de defesa antibalístico (baseado em “novos princípios físicos”) é viável; 2) concordamos com a viabilidade do “transbordamento técnico” econômico; 3) rejeitamos, no entanto, quaisquer propostas do gênero vindas do seu governo, porque, sob as condições de um “programa de impacto”, a sua economia se adiantaria rapidamente à nossa.

Quando o presidente Reagan, finalmente, anunciou o SDI, o governo de Yuri Andropov em Moscou reagiu como indicado na mensagem emitida dois meses antes. Em compensação, Andropov fez um conjunto de propostas que difundiu em sua entrevista com o editor da revista alemã *Der Spiegel*, Rudolf Augstein⁵⁸. As negociações americano-soviéticas, desde mais ou menos 1984 até o começo de 1990, seguiram em geral o esquema daquela entrevista de Andropov na *Der Spiegel*.

Hoje, em retrospecto, a reação de Moscou à oferta de cooperação no programa de defesa antibalística baseado em “novos princípios físicos” parece ter sido um erro mais ou menos trágico.

Naquela época, 1982-83, ambos os sistemas econômicos, o soviético e o anglo-americano, estavam escorregando à beira do colapso que emergiu, do lado anglo-americano, na crise financeira de outubro de 1987. Em 1982, tanto o monetarismo radicalmente malthusiano dos anglo-americanos, quanto os efeitos somados da “acumulação primitiva socialista” soviética estavam convergindo assintoticamente para os colapsos que estamos testemunhando hoje.

Por volta de 1982-83, a adoção conjunta entre os EUA e a URSS de um “programa de impacto” para escapar do agravamento da ameaça de “dedo no gatilho” do MAD no final dos anos 70, apoiando-se principalmente nos “novos princípios físicos”, teria iniciado um renascimento econômico global, desesperadamente necessário, com benefícios proporcionados a ambos os lados da “questão termonuclear”.

O projeto deste autor para um “programa de defesa antibalística baseado em novos princípios físicos”, desenvolvido e implementado em fases separadas e sucessivas⁵⁹, em cooperação aberta com as superpotências, representava a combinação, primeiramente, de uma solução singularmente efetiva e real para as crises militares indicadas⁶⁰ e, em segundo lugar, uma “mudança de paradigma cultural” urgentemente necessária no pensamento político e econômico dos dois lados. Ele foi entendido por este autor, à época, como uma iniciativa de imitar as reformas eminentemente bem-sucedidas de Gott-

fried Wilhelm Leibniz, propostas ao czar Pedro, o Grande. Foi também, de fato, um eco dos projetos de desenvolvimento eurasiáticos do grande estadista francês Gabriel Hanotaux⁶¹.

Não era uma “proposta de paz”. Era, pelo contrário, algo muito menos ambicioso, muito mais realista, algo efetivo. Foi proposta como algo nada mais ambicioso do que *um meio necessário, por meio do qual poder-se-ia prolongar significativamente, bem como fortalecer o evitamento temporário da guerra.*

3. A questão da paz

O termo “paz”, como é costumeiramente empregado, tem um sentido meramente *negativo*, como o termo negativo é empregado no contexto da “dialética da razão prática” de Kant; quer dizer, tem o mesmo significado geral que quando a idéia de “acordo de paz” ser refere à noção romântico-empirista de “contrato social”.

Nesse uso negativo popularizado, praticamente inútil, o termo paz é como a descrição de um *sintoma*, a mera ausência de condições “não-pacíficas”⁶². Sempre que este significado *negativo* é mal usado para tratar a noção negativa de paz como uma condição positiva a ser construída, a política adquire os tons de uma ilusão possivelmente perigosa.

O caráter ilusório implícito na atribuição popular de enlevo ao mero som da palavra “paz” deveria nos recordar quão mercedosamente desprezível é a experiência deste século com outras expressões como “uma guerra para acabar com todas as guerras”, “Liga das Nações”, “Kellog-Briand” ou “pacto de não-agressão”. A “paz perpétua” de Kant - um contrato social para a paz -, por contradição, é uma loucura manchada de sangue que não devemos repetir.

A paz no sentido positivo só existe no sentido da verdade, beleza e caridade característicos de uma comunidade de princípios baseada na lei natural estabelecida entre as nações. É um estado de eventos positivo que deve ser construído como um pai indiano planta mangueiras cujos frutos apenas irão alimentar os seus filhos e netos.

Se nos pedissem para descrever essa paz positiva, verdadeira e *agápica* em termos estritamente formais de aproximação dedutiva, diríamos que tal paz é um teorema prático necessário, constantemente regenerado, que afeta todas as dimensões da vida social dentro das e entre as nações que compreendem uma comunidade de princípios. Esta determinação “hereditária” está arraigada, diríamos, “axiomaticamente” na confiança mútua de cada uma destas nações em que todas as outras estejam *verdadeiramente* dedicadas a ser autogovernadas de acordo com a lei natural.

Na linguagem dos “tavistockianos”⁶³, é pela construção compartilhada entre todos de uma certa comunidade tentativa de nações, um “paradigma cultural” apropriado, que atingimos o estado aproximadamente representado por esta tentativa formalista de descrição.

Apliquemos, agora, com detalhe e profundidade algo maiores, o que dissemos sobre o projeto do Mar Morto à imagem de um projeto de cooperação físico-econômica para o desenvolvimento de uma comunidade de princípios “do Atlântico aos Urais”, na Europa e mais além.

D. Os grandes projetos da Eurásia

Se aceitássemos o baixo nível do “sucesso” político pessoal popular nos meios jornalísticos e de lazer predominantes na América do Norte e Europa, diríamos que o azar do secretário-geral soviético Mikhail Gorbachov foi que seu protetor, Yuri Andropov, tenha morrido prematuramente e, assim, deixasse o pobre Gorbachov receber a culpa pelo fracasso inevitável das reformas econômicas e monetárias da *perestroika* de Andropov. Assim, hoje, o poder soviético está disposto a se unir a qualquer liderança de facção política que se acredite poder colocar “carne com batatas” mais ou menos regularmente na mesa do povo soviético.

Infelizmente, para um público afligido pela opinião popular de hoje, não há soluções do chamado “livre mercado”, simples, distributivistas, para esse problema da fome e outras graves necessidades materiais presentes ou iminentes. Os atuais níveis de funcionamento de emprego e produtividade

na infra-estrutura econômica básica, na agricultura e na indústria, estão não apenas subdesenvolvidos, como caindo com tanta rapidez que por todo o mundo se estende uma catástrofe geral de penúrias materiais, a qual seguirá o seu curso até que um programa global de recuperação econômica essencialmente “dirigista” produza efeitos suficientes para contra-arrestar o atual declínio da economia física.

História

Consideremos mais uma vez, sumariamente o grau no qual a história mundial do século XX foi determinada predominantemente por certos eventos globais desencadeados durante a década de 1860. Estes giram em torno do relacionamento entre o presidente Abraham Lincoln, dos EUA, e o czar da Rússia, Alexandre II.

A assim chamada Guerra Civil dos EUA e a vitória da União constituíram fatores vitais para a motivação que levou os britânicos a orquestrar a I Guerra Mundial e, também implicitamente, a II Guerra Mundial. Naturalmente, tal afirmativa é contrária ao que se acredita popularmente, mas a verdade documentada é esmagadoramente contrária à mitologia vastamente popularizada.

O complô britânico para deflagrar a Guerra Civil começou, aproximadamente, com as sucessivas vitórias dos EUA na Guerra de Independência de 1776-83 e na Guerra de 1812-15. Londres, até hoje, nunca renunciou à sua determinação de retomar e manter toda a América do Norte. Em seguida à Guerra de 1812, de 1812-15, os agentes britânicos e da maçonaria do Rito Escocês (como a Convenção de Hartford de 1814) dentro dos Estados Unidos adotaram uma nova estratégia. Estabelecer um ramo do Rito Escocês da Nova Inglaterra, que se tornou a “Jurisdição Sulista” pró-escravidão, ao passo que os maçons da Nova Inglaterra, como a firma britânica da família de Friedrich Engels, embora lucrando com o algodão barato produzido pelos escravos, se tornavam o apoio “abolicionista” de John Brown *et al.* Como revelam

as cartas do agente britânico e líder traidor do Partido Democrático dos EUA, August Belmont, a intenção britânica, por detrás de figuras como August Belmont e o espião britânico Judah Benjamin, era retalhar os Estados Unidos em um conjunto “balcanizado” de baronatos tirânicos em conflito, facilmente controláveis por Londres⁶⁴.

Assim, a liderança da Confederação, em torno do agente londrino Judah Benjamin, não era uma coleção de sulistas bravamente independentes; eram oligarcas escravocratas no pior sentido da violação de direitos humanos *en masse*. Estas famílias orgulhosas eram pura e simplesmente traidores controlados pelos britânicos da mais baixa espécie. Para ser justo, seus irmãos maçônicos “abolicionistas” da Nova Inglaterra não eram muito melhores.

O plano foi coordenado por Londres, pelos círculos comerciantes de ópio em torno do libertário mazziniano lorde Palmerston e seu aliado lorde Russell, avô do super-racista Bertrand Russell. Assim, Palmerston e Russell planejavam dar um alívio aos seus agentes confederados quando dirigiram o agente de influência britânica, Napoleão III, para uma operação tipo Suez contra o México, com a instauração de Maximiliano de Habsburgo como imperador⁶⁵.

À frente de Lincoln estavam os seus inimigos, Londres e a Jurisdição Sulista maçônica da Confederação. Às suas costas estavam os “cabeças-de-cobre” (*copperheads*) do Partido Democrático, cujo ídolo do dia era o General McClellan, bem como a maçonaria “abolicionista” da Nova Inglaterra.

Em tal situação, durante o período 1862-63, insinuou-se a sombra e, posteriormente, a substância militar do czar da Rússia, Alexandre II. A armada russa fez visitas de amizade *en masse* a Nova York e São Francisco e o czar advertiu Londres e Paris que a Rússia desencadearia uma guerra na Europa, caso a Grã-Bretanha e Napoleão III tentassem fazer contra os EUA o que haviam feito contra o México⁶⁷.

Então, os serviços secretos britânicos assassinaram o presidente Lincoln, inimigo dos aventureiros do Norte que foram fazer fortuna no Sul derrotado, levando ao poder o presidente Andrew Jackson, que atrasou os Estados Unidos em um bom

meio século, com as práticas destes aventureiros usurários contra os antigos estados confederados⁶⁸. Neste ínterim, o czar Alexandre II libertou novamente os servos russos, pelo menos a ponto de levantar a Rússia da barbárie a que tinha retornado no decurso dos 100 anos precedentes.

Foi no contexto desses acontecimentos russos que o francês Hanotaux lançou os seus esforços para apoiar o desenvolvimento econômico eurasiático. Foi para derrotar a tendência natural de cooperação da liderança econômica da Alemanha, sob esta perspectiva eurasiática, com a França de Hanotaux e a Rússia do conde Sergei Witte, que a Grã-Bretanha corrompeu a França (por volta de 1900) com a *Entente Cordiale* e organizou a I Guerra Mundial⁶⁹.

As evidências são suficientemente claras e relevantes: as falsidades britânicas sobre estes assuntos prevalecem ainda hoje na formulação da política mundial. Terá a opinião pública francesa, mesmo 90 anos depois, a coragem de aceitar a verdade, que a *Entente Cordiale* foi não apenas a submissão estratégica, vergonhosa e virtualmente catastrófica da França à Londres fabiana de Milner, mas também a loucura crucial do governo corrupto francês, que tornaram a I Guerra Mundial quase inevitável? Mais de 70 anos após a I Guerra mundial, quantos crédulos ainda toleram a mentira popularizada de que a Alemanha, e não a Grã-Bretanha, é que procurou e causou aquela guerra?

A persistência das falsidades inerentes aos mitos anglófilos popularizados, e também oficiais, trai de uma forma crucial a existência dos elementos correspondentes das hipóteses “axiomáticas” de crença na maioria das instituições nacionais e internacionais mais relevantes, públicas e privadas. Estes mitos refletem também um agravo e também a persistência daquelas hipóteses “axiomáticas”, de crença ins-titucionalizada, que permitiram aos britânicos corromper, com sucesso, a França de 1890 contra Hanotaux e produzir os efeitos diretos e irradiantes monstruosos e combinados da I Guerra Mundial. Em resumo, a maioria de nós parece ser mais idiota hoje do que nossos avós ou bisavós no começo

do século. Eles cometeram o seu terrível erro e nós parecemos insistir em repeti-lo.

Os desenvolvimentos de 1989 que ocasionaram a subsequente reunificação da Alemanha evocaram os surtos mais baixos de propaganda antialemã de círculos britânicos, como os da primeira-ministra Margaret Thatcher, Nicholas Ridley e Conor Cruise O'Brien. Houve ecos de apoio a esta propaganda odiosa e irracional entre certos círculos da liderança francesa e houve o apoio da França e de Moscou a uma aventura no Oriente Médio ordenada por Thatcher, modelada na intervenção dos EUA em Suez, em 1956. A Guerra do Golfo foi claramente desencadeada tendo como alvo as economias da Alemanha e do Japão, para erodir tanto quanto possível uma recuperação econômica vigorosa na Europa Oriental, liderada pela Alemanha - e também pela União Soviética.

Ecos de 1900-14! O Império Britânico estava propenso aos velhos truques "geopolíticos" beligerantes dos patifes Mackinder, Milner e H.G.Wells⁷⁰. A França de Mitterrand, em 1990, havia retornado à *Entente Cordiale*, estava de novo aliada a Londres em uma nova "aventura de Suez", reaquecendo a velha atrocidade anglo-francesa de Sykes-Picot. Neste meio tempo, os "cosmopolitas" neobukharinistas da Rússia também estavam a fim de rever os seus velhos truques. Os eventos que a cabala liderada pelos britânicos desencadearam no Oriente Médio, misturaram-se com a efervescente crise balcânica para ecoar a ruptura de 1900-19 do velho Império Otomano. O padrão de ação política do tipo *Entente Cordiale* na Europa repetiu os esforços britânicos para organizar a I Guerra Mundial.

Contudo, a História não está "se repetindo". Pelo contrário, ela não está deixando de mostrar que o paradigma cultural estabelecido no período de 1900-1990 ainda prevalece. Os homens não estão fazendo a História; a História está manejando nações e continentes inteiros por meio de seus cordões de marionetes.

Enquanto as nações se recusam a reconhecer a maneira como um "paradigma cultural" enlouquecedor, como o que

acabamos de ver, controla o seu comportamento consistentemente tolo e o tem feito repetidamente, durante séculos ou mais, a tragédia continuará o seu curso sangrento até o desastroso fim, cerrando as cortinas sobre este esforço de loucura em massa.

“Eu me recuso a aceitar essas teorias conspiratórias”, retruca um opositor do palco.

Fora do palco, se faz ouvir a voz irônica, délfica, do mestre das marionetes: “Morra, então, seu pobre louco de uma nação que recusa a mostrar suficiente inteligência para se qualificar à sobrevivência”.

Vejamos essa história, esse paradigma cultural britânico, do ponto de vista das economias. Começemos com o ódio britânico contra os EUA de Lincoln.

Sob a liderança do presidente Lincoln, os princípios decorrentes do *Sistema Americano* de economia política foram aplicados para gerar o crédito, os investimentos e a produção necessários para ganhar a guerra e preparar os EUA para se defender, se necessário, contra uma agressão militar britânica e francesa como a que foi conduzida contra o México durante o mesmo período. Assim, os EUA emergiram da mais ruínosa guerra na história da república federal muito mais poderosos na capacidade econômica e militar do que no início da insurreição confederada dirigida pelos britânicos.

O cerne da política de reconstrução pós-guerra de Lincoln está sumarizado em seu último discurso, pouco antes de seu assassinato por mãos britânicas⁷¹. Se houvesse prevalecido essa política de Lincoln, ao invés da de Andrew Jackson, os estados sulistas arruinados teriam se tornado imediatamente um centro de uma “expansão de obras e infra-estrutura”, liderada pelo desenvolvimento ferroviário, estabelecendo a base obrigatória para um grande crescimento agrícola e industrial através dos Estados Unidos como um todo. Com o êxito britânico na corrupção do Congresso dos EUA da década de 1870, a Lei do Pagamento em Espécie foi aprovada, uma lei orquestrada por Londres e que tornou os EUA economicamente uma semicolônia de Londres, e manteve a

florescente economia americana num estado de depressão, ou quase isso, de 1877 até 1907.

Com o assassinato do presidente americano William McKinley por um pensionista da Casa de Refúgio Henry Street, pertencente à cidade de Nova Iorque e a Emma Goldman, o esquerdistas e anglófilo Teddy Roosevelt se tornou presidente, colocando assim os EUA inteiramente no campo fabiano britânico de Mackinder, Milner e H.G. Wells, para uma guerra contra a Alemanha. Roosevelt transformou os militares americanos em coletores britânicos nas Américas⁷², e declarou guerra contra o *Sistema Americano* de economia política em geral.

Apesar da ameaça de uma guerra britânica-japonesa dirigida por Londres contra os Estados Unidos na década de 1920, com a ascensão de Teddy Roosevelt à presidência dos EUA nasceu o posterior dito da parceria anglo-americana do século, “músculos americanos, cérebros britânicos”.

Teddy Roosevelt foi o criador, através de seu procurador-geral, Charles Bonaparte, sobrinho de Napoleão III da França, de um órgão nacional de polícia política para controlar a oposição política, o Birô Nacional (mais tarde Federal - FBI) de Investigações. Ele foi crucial para o processo de colocar os Estados Unidos sob uma forma claramente anticonstitucional e britânica de banco central oligárquico (base-ado na usura), o Sistema da Reserva Federal. Garantiu que William Taft fosse derrotado⁷³, trazendo o porta-voz da Casa Harri-man, Woodrow Wilson, à Presidência, para: 1) forçar a aprovação da Lei da Reserva Federal; 2) forçar a aprovação da Lei do Imposto de Renda Federal; e 3) preparar uma guerra prevista contra a Alemanha.

Por que deveria a Grã-Bretanha de 1890 considerar a Alemanha como ameaça estratégica? Não eram primas as famílias reais? Os Hohenzollern não tinham sido anglófilos desde as guerras napoleônicas ou até mesmo antes?

Os britânicos de 1890 eram ainda mais claros do que a cabala da Sra. Thatcher a esse respeito: o crescimento próspero da economia alemã era o *casus belli*. Temos hoje uma situação análoga, quando as vozes de Washington ameaçam

o Japão e a Alemanha por “deslealdade”. Como são desleais estas nações? Simplesmente elas se recusaram, até agora, a ser tão autodestrutivamente estúpidas em suas políticas econômicas dos últimos 25 anos quanto os EUA e a Inglaterra têm sido. A Inglaterra de 1897-1900 poderia ter resolvido ganhar os benefícios de iniciar políticas que já tinham se demonstrado exitosas na Alemanha; em vez disto, preferiram criar uma aliança anglo-francesa-russa para destruir a Alemanha, em lugar de corrigir a insanidade de suas próprias políticas econômicas domésticas. Esta é, em resumo, a questão.

A política dos grandes projetos

Os britânicos de 1897-1900 ainda eram os oligarcas liberais que tinham sido durante seus esforços de 1763-1814 para esmagar o desenvolvimento econômico nas colônias americanas de língua inglesa. A questão está definida na visão de Schiller do conflito entre o modelo oligárquico da Esparta de Licurgo e a Atenas de Sólon. A expressão principal destas diferenças filosóficas fundamentais era, e é a política físico-econômica. Isto é assim, justamente porque a economia física é essencialmente o modo de reprodução social e desenvolvimento da sociedade e da personalidade individual dentro dela.

A área da Europa a leste da antiga fronteira oriental, pré-1990, da República Federal da Alemanha, é um deserto de desenvolvimento, previamente já insuficiente, de infraestrutura econômica básica, que foi ruinosamente esvaziado subsequentemente por cerca de 50 anos de “acumulação primitiva socialista”, por 40 anos de guerra e profunda depressão econômica e de mais guerra antes disto. Falar dos “milagres do livre comércio” é pior do que o balbuciar infantil, nestas circunstâncias.

Deve haver uma mobilização de todos recursos produtivos de trabalho ora ociosos ou desperdiçados, para criar rapidamente as diretrizes de uma rede de formas modernas de infraestrutura econômica básica, do Atlântico aos Urais e mais além. O mercado definido por essa construção maciça

de infra-estrutura fornece a linha mestra para o desenvolvimento da agricultura, pequenos empreendimentos de alta tecnologia e modernas operações de manufatura.

A mobilização da população desta região para tão grande empreendimento, no interesse comum *da Europa como um todo*, é a base prática para condições da paz durável e justa entre todas as nações de direito soberanas daquele continente. Reciprocamente, permitir o predomínio da síndrome geopolítica descrita da 1ª Guerra Mundial, por eliminação, garantiria o pior resultado possível como provável.

O cerne da questão é a maneira específica pela qual o *Vir a Ser* de uma economia física, baseada no investimento em progresso científico e tecnológico, reflete a *lei natural*. Esse *Vir a Ser* não contém o *Bem* mas, como as instruções na mensagem que é uma fonte documental histórica crucial na história do progresso científico revolucionário, ele dispara a centelha divina da razão criadora na mente individual para encontrar o eco do *Bem* dentro de si mesmo.

Já que nós enfatizamos tanto a ciência e a economia física, este é um ponto muito apropriado para dar crédito ao papel criativo da arte humanista clássica, neste caso a tragédia clássica. Referimo-nos à maneira pela qual certos tipos de mensagens - como uma fonte documental científica historicamente crucial ou uma obra-prima de tragédia - abre a mente do receptor para o conhecimento gerado dentro dos processos mentais criativos e soberanos do próprio receptor. Desta forma é que as mentes criativas empregam meios inferiores para se dirigir diretamente a vozes interiores uma à outra.

Contrariamente a Wiener, Shannon, von Neumann *et al.*, nesses casos exemplares de comunicação científica e artística clássica, o que é transmitido ao receptor é muito mais do que poderia ser avaliado como o conteúdo estatisticamente significativo da própria transmissão.

Para ilustrar muito simplificadamente o princípio: “Lembra-te daquele dia em _ , 19 _ ?” Toda comunicação científica significativa de idéias é, em geral, análoga a uma tal pergunta. Entretanto, ao invés de evocar as lembranças de uma experiência finita, como sugere a mensagem ilustrativa,

com afirmações descrevendo um processo de descoberta científica, nós invocamos as capacidades geradoras transfinitas dos poderes mentais criadores do receptor. Dentro do enunciado relativamente breve de um problema importante, há meses de trabalho árduo pelo receptor daquele enunciado, para explicar adequadamente a solução apropriada daquele problema. É assim também com toda grande composição artística.

Consideremos uma tragédia de Shakespeare, por exemplo, o *Hamlet*. Ou, por exemplo, *Don Carlos*, de Schiller. O poder do drama está em alguma das falas - mesmo no "rei em um milhão de reis" de Posa? A paixão está localizada na justaposição de palavras e movimentos essencialmente simples, mais ou menos estilizados, para forçar na audiência uma concepção de algo que se poderia dizer estar "nas entrelinhas" de qualquer coisa dita ou feita no palco. Assim, a forma de uma composição dramática é tão essencial quanto a forma de uma geometria construtiva não-euclideana o é para o pensamento criador em física matemática.

E é assim com uma configuração de tarefas individualmente simples no trabalho, quando essas tarefas são uma parte essencial de um processo útil de aumento das forças produtivas do trabalho (aumento da densidade populacional potencial). Não são os atos de per si que definem o que é especial nesse caso. O que é crucial é que a fundamentação da satisfação das necessidades de consumo domésticas elementares num processo de produção governado pela geração, comunicação e recepção eficiente do progresso científico e tecnológico válido, define a relação interpessoal, em termos daquelas qualidades ativas da razão soberna e criadora que são as caixas de ressonância da lei natural.

Uma família, uma nação não podem viver em segurança num lar cristão, enquanto permitirmos que o demônio reine nos processos econômicos que mantêm a existência material do lar como refém.

Que fique claro, a tentativa liderada pelo sistema anglo-americano, liberal e imperialista, para estabelecer agora, irrevogavelmente, sua "ordem mundial única", neo-romana,

mundo-federativa, leva um mundo cada vez mais brutalizado e miserável a um tipo de “Guerra dos Trinta Anos” global.

Neste conjunto de circunstâncias, enquanto parecer ser a tendência hegemônica, a tendência de Moscou e outros é, na linguagem de Kant, predominantemente *heteronômica*, e com propensão crescente para a violência. Moscou, por razões óbvias, se preparará para a probabilidade de guerra global se, de fato, seus militares já não o estiverem fazendo, tão subrepticamente quanto possível nas atuais circunstâncias difíceis.

Nesta circunstância, com respeito a quase todos os territórios até recentemente dentro das fronteiras soviéticas ou do Comecon, a doutrina soviética será, com efeito, *dois passos para trás, um passo para frente*. Esta seria, nessa circunstância, a visão estratégica moscovita subjacente para os estados bálticos, a Geórgia, Ucrânia e assim por diante.

Esse horror estratégico é o resultado da longa política imperialista (liberal) oligárquica, anglo-americana, como expressa pelos tolos como o presidente dos EUA, Woodrow Wilson, Lorde Lothian de Londres, Chatham House, Bertrand Russell e outros. Esse imperialismo liberal, neo-romano, neomalthusiano, é correlato da política econômica pró-usura, oligárquica, sinônimo do dogma do “livre comércio”. Assim, o “livre comércio” significa tirania global e guerra global; as condições na Europa Oriental seriam correspondentemente determinadas.

Se, pelo contrário, desencadearmos uma abordagem de desenvolvimento econômico geral com as características aqui indicadas, uma situação diferente dominará a Europa Oriental, e a posição central européia no mundo quebrado pela depressão de hoje como um todo se tornará positiva para toda Humanidade. As relações entre as nações, tanto políticas quanto econômicas, seriam suscetíveis de um tipo correspondente de iniciativa criadora.